



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 90

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 1968

ATA DA 105ª SESSÃO, EM 6
DE JUNHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária,
da 6ª Legislatura
(Extraordinária)

**PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO
MARINHO, AARÃO STEINBRUCH
E LINO DE MATTOS**

As 10 horas acham-se presentes os
Srs. Senadores:

Adalberto Senz
José Guilomard
Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Pedro Carneiro
Lobão da Silveira
Achilles Cruz
Sebastião Archer
Victorino Freire
José Cândido
Siegfredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Duarte Filho
Luiz de Barros
Dinarte Mariz
Manoel Villaza
Ray Carneiro
Pereira Diniz
Argemiro de Figueiredo
João Cleofas
Pessoa de Queiroz
José Ermírio
Anon de Mel
Leandro Maciel
Júlio Leite
Dylton Costa
José Leite
Aloysio de Carvalho
Eduardo Catalhão
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Paulo Torres
Aarão Steinbruch

SENADO FEDERAL

Fago saber que o Senado Federal aprovou e eu, Gilberto Marinho, Presidente, nos termos do artigo 47, nº 16, do Regimento Interno promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 42 DE 1968

Exonera, a pedido, Jorge Honda, Taquígrafo de Debates, PL-1 do Quadro da Secretaria do Senado Federal

Artigo único. É exonerado a pedido, de acordo com o artigo 85, letra "c", item 2, do Regimento Interno, do cargo de Taquígrafo de Debates PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Jorge Honda. Senado Federal em 6 de junho de 1968.

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

Vasconcellos Tôrres
Mário Martins
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Milton Campos
Benedicto Valladare
Nogueira da Gama
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
Moura Andrade
João Abrahão
Péricles Pedro
Armando Storni
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Filinto Müller
Bezerra Neto
Ney Braga
Milton Menezes
Celso Ramos
Alvaro Catão
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guldo Mondim
Daniel Krieger
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 59 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA

Agradecimento de comunicação referente à aprovação de nome indicado para cargo cujo provimento depende de prévia aprovação dessa Casa do Congresso Nacional.

Nº 209-68 (nº de origem 344-68), de 4 do mês em curso — com referência à escolha do Embaixador José Jobim, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto à Santa Sé.

Nº 210-68 (nº de origem 345-68), de 4 do mês em curso — com referência à escolha do Embaixador Décio Honorato de Moura, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Líbano.

OFÍCIO DO MINISTRO
DOS TRANSPORTES

Nº 657-GM, de 3 do corrente mês comunicando a conclusão de mais quatro importantes etapas de seu Programa de Realizações, abrangendo tanto o Setor de Portos e Vias Navegáveis quanto o de Rodovias.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mensagem projeto de lei de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

As Comissões de Constituição e Justiça, de Transportes e Comunicações e de Finanças.

Projeto de Lei do Senado
Nº 64, de 1968

Revoga o Decreto-lei nº 284, de 28 de fevereiro de 1967, que instituiu o imposto sobre transporte rodoviário de passageiros, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São revogadas as disposições constantes do Decreto-lei nº 284, de 28 de fevereiro de 1967, que instituiu o imposto sobre transporte rodoviário de passageiros, e dá outras providências.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 6 de junho de 1968. — Senador Lino de Mattos

Justificação

A experiência tem demonstrado a sociedade desde a vigência do Decreto-Lei nº 284, de 28 de fevereiro de 1967, sobretudo após a entrada em vigor do inciso III do artigo 3º que estendeu o citado imposto a todas as linhas interestaduais e intermunicipais que as medidas contidas neste diploma legal têm sido altamente danosas para os transportes de passageiros do País.

Sala das Sessões, 6 de junho de 1968. — Senador Lino de Mattos

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 284 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1968

Institui o imposto sobre transporte rodoviário de passageiros, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica instituído um imposto de 5% (cinco por cento) sobre o transporte interestadual e intermunicipal de passageiros, efetuado pelas empresas rodoviárias.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, não se considera transporte intermunicipal o que se realiza entre Municípios adjacentes que integrem um mesmo mercado de trabalho, como tal definido no regulamento.

Art. 2º O imposto será calculado sobre o preço das passagens e será indicado destacadamente nos respectivos bilhetes que as empresas rodoviárias ficam obrigadas a emitir, obedecendo as normas fixadas no regulamento.

Art. 3º O imposto de que trata este Decreto-lei incidirá gradualmente sobre as diversas linhas de transporte, obedecendo a seguinte escala:

I — Até 30 de junho de 1967, apenas as que, em qualquer ponto de seu trajeto, sirvam pelo menos uma cidade de mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes;

II — Até 31 de dezembro de 1967, todas as que sirvam pelo menos uma cidade de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

III — A partir de 1.º de janeiro de 1968, todas as linhas interestaduais e intermunicipais.

Art. 4.º O imposto relativo a cada mes será recolhido por guia até o 20.º (vigesimo) dia útil do mês seguinte.

Art. 5.º São contribuintes do imposto os usuários dos transportes, ficando as empresas rodoviárias que exploram as linhas de transporte a que se refere o art. 1.º, responsável por seu recolhimento.

Art. 6.º Aplicam-se a este imposto, no que couber, as penalidades e normas processuais previstas na legislação do imposto sobre produtos industrializados.

Art. 7.º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1.º de abril de 1967, ficando revogado o art. 9.º do Decreto-lei nº 4.181, de 16 de março de 1962.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967 —
(Ass.) T. Castello Branco. — Octavio Furtado — Juarez Távora — Roberto Campos.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O projeto vai a publicação e, a seguir, às Competentes.

C. M. L. E.:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa dos requerimentos de informações de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que vão ser lidos pelo Sr. 1.º Secretário.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 680, de 1968

Sr. Presidente,

Requerio, na forma Regimental seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura o seguinte pedido de informações:

- 1) Quais os motivos que justificaram a aquisição, pelo IBRA, de 4 helicópteros, no valor aproximado de 400 milhões de cruzeiros velhos?
- 2) Em quanto montou a comissão paga aos vendedores?
- 3) Qual a firma vencedora da concorrência? Enviar cópia do edital de concorrência.
- 4) Quantos helicópteros foram registrados na Diretoria de Aeronáutica Civil?
- 5) Além dos citados helicópteros, adquiriu o IBRA mais algum outro daqueles aparelhos? De quem? Houve autorização da Diretoria da Autarquia?

Sala das Sessões, 6 de junho de 1968 — Senador Lino de Mattos.

Requerimento nº 681, de 1968

Sr. Presidente:

Requerio, na forma Regimental seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura o seguinte pedido de informações:

- 1) Quais os recursos entregues pelo INDA, ao Governo do Estado de São Paulo, destinados à eletrificação rural?
- 2) Quais os planos de eletrificação rural elaborados pelo Governo daquele Estado e apresentados ao INDA?
- 3) Quais as regiões do Estado de São Paulo que serão beneficiadas por aqueles recursos?

Sala das Sessões, 6 de junho de 1968 — Senador Lino de Mattos

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALESTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. E. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE PRODUÇÃO

FLORIANO GUIMARAES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Os requerimentos lidos serão publicados e em seguida, encaminhados pela Presidência. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu telex do Sr. Ministro dos Transportes, comunicando que encaminhou o Requerimento de informação nº 499-68, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, ao Ministério da Fazenda, por se tratar de assunto afeto àquela Pasta. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu respostas aos seguintes requerimentos do Sr. 1.º Secretário: De autoria do Senador Vasconcelos Torres

Nº 580-68, enviada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social — (Aviso nº 273-68, de 5-6-68)

Nº 581-68, enviada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social — (Aviso nº 274-68, de 4-6-68)

Nº 582-68, enviada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social — (Aviso nº 275-68, de 5-6-68)

Nº 583-68, enviada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social (Aviso nº 276-68, de 5-6-68)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há requerimento, cuja leitura vai ser feita pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 682, de 1968

Senhor Presidente:

Requerimentos, regimentalmente, seja dedicado o expediente da sessão ordinária de hoje, dia 6 de junho, à memória do Senador Robert Kennedy.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1968. — Aarão Steinbruch — Mário Martins — Aurélio Vianna — Vasconcelos Torres — Lino de Mattos — José Ernânio.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em consequência da deliberação do Plenário, o período do Expediente da sessão ordinária de hoje será dedicado à memória do Senhor Senador Robert Kennedy.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos. Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, esta aprovado o requerimento que destinara a segunda parte da sessão de hoje a homenagem póstuma ao Senador Robert Kennedy. Entretanto, eu não poderia deixar de referir-me a este infasto acontecimento, pelo simples fato de ser o primeiro orador inscrito para a sessão extraordinária de hoje.

A homenagem oficial do Senado, requerida pelo meu nobre Colega de re-

presentação fluminense, Senador Aarão Steinbruch, será logo mais. Contudo, Sr. Presidente, sou levado emocionalmente a dar conta do impacto causado por esta lastimável ocorrência, não apenas na Pátria brasileira, mas em todo o mundo.

Pediria a V. Exa., Sr. Presidente, e em particular pediria a atenção do Secretário da Presidência, Doutor Herculanu Rui, para a possibilidade de que a esse requerimento do Senador Aarão Steinbruch possa eu oferecer um aditivo, o que faço agora, apenas que V. Exa. o enquadre regimentalmente.

É que, além da homenagem a ser prestada na sessão de hoje, proposta pelo nobre Colega, envie o Senado dois telegramas de condolências. Um ao Senador norte-americano, outro à viúva do saudoso parlamentar luso.

Pediria também, Sr. Presidente, fosse cientificada a Embaixada norte-americana neste país, na pessoa de seu digno Embaixador John T. ...

Assim, daremos a esta manifestação de pesar a dimensão que ela deve ter no sentido de que os nossos vizinhos do Norte tenham ciência de que, pela voz dos representantes do povo, neste Casa, esta ocorrência trágica teve uma repercussão de verdade, de tristeza e de lamento.

Esta a primeira parte, Sr. Presidente, das minhas palavras de hoje. Antes de passar ao assunto que me traz à tribuna consultoria, — transformando as minhas palavras numa questão de ordem, — sobre a possibilidade de ser recebido este aditivo ao requerimento formulado pelo nobre Senador Aarão Steinbruch, no sentido de serem enviados telegramas ao Senador Norte-Americano, à viúva Robert Kennedy e ao Embaixador Norte-Americano no Brasil.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Mesa atenderá ao que V. Exa. acaba de requerer.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Sr. Presidente, estou enviando à Mesa vários requerimentos de informação. O primeiro, ao Ministério da Saúde sobre o alto índice de poluição das águas na Baía de Guanabara, no trecho literário da Avenida Washington Luís, em Duque de Caxias.

Há uma determinação legal, impeditiva, proibindo salmão lançados, pelos navios, deitores e óleo já queimado na Baía de Guanabara. Como não há fiscalização os navios, geralmente de outras bandeiras, não obedecem a este dispositivo legal. É uma ocorrência digna de atenção reforçada de nossas autoridades fiscalizadoras.

Os pescadores apresentam argumentos irrefutáveis, em face da diminuição sensível da atividade pesqueira na Baía de Guanabara. As sardinhas, por exemplo, que antigamente constituíam grande fonte de renda para as empresas de salga como para aqueles que as pescam para fornecimento às indústrias que enlatam o produto, bem como toda a fauna ictiológica, vêm sofrendo uma mortandade na Baía de Guanabara decorrente, segundo alegam os pescadores, dessa poluição.

A poluição é tão grande que as autoridades, procurando construir uma praia artificial para melhorar as condições da Praia Mauá do Município de Magé, se vêm impossibilitados de fazê-lo porque, nos fundos da baía onde os navios se alojam os dejetos são lançados ao mar, tornando proibitiva, além desta parte de uso pessoal da praia, como uma atividade econômica, fazendo com que os pescadores não tenham mais como jogar as suas redes.

Na orla marítima da Guanabara há várias zonas de pesca, como as de Magé, São Gonçalo e Niterói e em várias delas, a poluição indiscriminada vem causando tantos prejuízos que passa a dar de reclamar providências, particularmente do Ministério da Saúde, bem como de relacionar com a matéria outros órgãos ministeriais.

Sr. Presidente, no dia hoje, estou também procurando saber do Ministério da Fazenda, Conselho Superior das Caixas Econômicas, quais os motivos da não regulamentação, até a presente data, do Decreto-lei nº 283 que estabelece criação aos funcionários das Caixas Econômicas Federais entre continuarem sendo funcionários autônomos ou passarem a ser regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Um outro tema que é objeto da minha conhecida curiosidade. Eu recebo essas elementos e depois os transformo ou em comentários, aqui da tribuna, ou os encaminhando aqueles que me solicitam ou que vêm com a minha atuação decorre de um contato direto que tenho com o povo do meu Estado, o Estado do Rio, por onde problemas federais.

Agora, Sr. Presidente, é ao Ministério das Relações Exteriores, sobre o programa cooperativo de observações meteorológicas Brasil-Estados Unidos, iniciando, principalmente, quando foi assinado o acordo e onde serão instaladas as estações de rádio sonda.

Neste país, as observações meteorológicas são feitas com segurança pelo Observatório de Antares, no Uruguai, enquanto no país vizinho ao nosso mas que dispõe de meteorologistas cientificamente formados e que se me permito V. Exa. a linguagem vulgar, nos dão banho continuado. Todos sabemos que, quando o escritório de meteorologia diz que vai chover, ninguém leva guarda-chuva nem capa. E, se anuncia tempo bom, cada um põe preparar suas galochas e capa, porque, indiscutivelmente, o aguaceiro vai desabar.

O Observatório de Antares funciona com tanta exatidão que anunciou, com um mês de antecedência, o que ocorreria na Guanabara e no Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, agora, chega a vez do Ministério da Agricultura, Banco Nacional do Crédito Cooperativo, sobre o montante distribuído em 1977 às diversas cooperativas brasileiras, responsáveis pela produção e distribuição de gêneros alimentícios.

Quero saber qual o montante distribuído em 1967, às diversas cooperativas brasileiras, responsáveis pela produção e distribuição de gêneros alimentícios?

2) Do valor total distribuído, destinar as quantias destinadas a: culturas básicas de subsistência; pecuária leiteira; cooperativas agrícolas; cooperativas de consumo; agropecuária; produção e comercialização de vinho; avicultura; outros fins não especificados.

Há outro requerimento ao Banco do Brasil, sobre financiamento para custeio de entressafra das usinas de açúcar do Estado do Rio de Janeiro, eu saber se será feita o financiamento para custeio das despesas de entressafra das usinas de açúcar do Estado do Rio de Janeiro, do mesmo modo com que foram beneficiadas as de Pernambuco e Alagoas, e, bem

assim, como será feito o pagamento aos usineiros a fim de evitar a ação de intermediários.

Também ao Banco do Brasil, no dia de hoje, estou indagando sobre financiamento às lavouras, dos pequenos plantadores de café, de produção não inferior a 30 sacas, por mil pés, no Estado do Rio de Janeiro, cujos cafezais, ainda não beneficiados pelo plano CUPCA, além de constituírem o sustento dos rurícolas daquela região, têm sua situação idêntica àquele dos lavadores baianos, mineiros e capangas, já beneficiados com financiamentos.

Do Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Ensino Industrial, quero saber quais as profissões a serem ensinadas aos soldados do Exército Nacional, de acordo com o convênio assinado com o Ministério do Exército? quantos professores serão colocados à disposição do Exército para tal, bem como quais os recursos e sua origem, se haverá, em consequência do citado convênio, diminuição de aulas ou cursos nas escolas oficiais de ensino industrial.

Ao Ministério do Interior, estou indagando sobre convênios para fornecimento de água ao segundo distrito, Vila Seropédica — no Município de Itaguaí, localizada no Km. 49 da antiga Rio São Paulo, onde vivem, aproximadamente, 40 mil habitantes, que se servem, ainda, da água salitrada do poço.

O Ministério da Indústria e Comércio, Grupo Executivo da Indústria Mecânica, estou interpellando sobre produção de máquinas e equipamentos rodoviários, indagando se o mercado nacional está capacitado a absorver integralmente a produção nacional de máquinas e equipamentos ou se existe capacidade ociosa das fábricas; se têm sido feitas importações, mesmo de máquinas ou equipamentos rodoviários sem similar nacional; se o M.I.C., isolada ou conjuntamente com outros órgãos federais ou estaduais, tem procurado incrementar o mercado brasileiro, bem como procurado exportar o "excedente" da produção atual.

Finalmente, mediante requerimento ao Ministério da Educação e Cultura, Merenda Escolar, desejo certificar-me sobre as atividades complexas da Campanha Nacional de Merenda Escolar no meu Estado. Domingo, por exemplo, estive em Parati e uma das professoras do Grupo me deu ciência de que, apesar dos anúncios e promessas, lá não tem chegado a merenda. E, inclusive, se a merenda chegar, não existem os utensílios domésticos necessários à sua preparação. O Serviço de Merenda Escolar, às vezes manda panelas, iquidificadores e até fogões, conforme me foi dado observar, em alguns lugares.

Havendo reclamações também de outros municípios, estou perquirindo a autoridade federal responsável, o Ministro da Educação e Cultura, sobre essas anomalias.

O Sr. Adalberto Sena — Permite V. Exª um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com prazer.

O Sr. Adalberto Sena — A Comissão de Educação e Cultura, reunida há poucos instantes, aprovou parecer de minha autoria referente a projeto do nobre Senador Lino de Mattos, pelo qual se torna obrigatória a publicação semestral, no "Diário Oficial", do montante discriminado dos recursos dessa Campanha de Merenda Escolar, hoje chamada Campanha de Alimentação Escolar. Essa publicação talvez venha em sentido favorável aos desejos de V. Exª.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Exato.

Desejo ressaltar e o faço com prazer, a sua indormida vigilância, quando se trata dos problemas educacionais. V. Exª ficou com aquela marca, porque, sendo um dos mais brilhantes colaboradores do Ministério da Educação e Cultura...

O Sr. Adalberto Sena — Muita generosidade de V. Exª.

O SR. VASCONCELOS TORRES — ... ficou atento aos problemas. Ainda há poucos dias, dava Vossa Excelência um exemplo disso, quando eu focalizava problemas do Centro Educacional de Niterói, citei V. Exª, antes de lhe conceder um aparte, como um benemérito, um homem que está muito além do que se vê. Mas no meu Estado e em outros, sempre que eu me aprofundo em problema relacionado com a política educacional brasileira, V. Exª tem atuado sempre. Agora mesmo, quando formulei uma interpellação o nobre colega vem aí para prestar esclarecimentos utilíssimos, que serão depois completados com a resposta que me virá, nos termos do Regimento, dentro de trinta dias, por parte do Ministério citado.

Sr. Presidente, era apenas isso que queria cuidar no dia de hoje. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, ontem esta Casa resolveu aceitar um requerimento que determinava a inserção, nos Anais do Senado Federal, de um artigo, publicado no "Diário de Notícias" do Rio de Janeiro, sobre o "poder jovem".

Realmente, o artigo da redação do "Diário de Notícias" mereceria não somente a sua inserção nos Anais do Senado, como uma distribuição pelo Brasil inteiro tal a sua importância, tal a maneira como foi entarado o problema, tais os conceitos ali expostos.

Em todo mundo, o jovem está lutando; revela a sua presença, quer no mundo liberal democrático, quer no mundo socialista democrata, quer no mundo comunista, quer no mundo das ditaduras de direita.

No mundo onde a moeda é estável o jovem atua, denuncia, fala, clama. Havia estabilidade econômica na França. Tornara-se a França, com De Gaulle, uma das grandes potências do mundo. Conquistara mercados, desenvolvera a sua indústria, possuía uma economia estruturada em bases sólidas. Mas o mundo da juventude revelou o seu inconformismo em virtude do sistema universitário francês denotar insegurança, falhas terríveis, considerado pela mocidade ultrapassado, obsoleto.

Na Jugoslávia, a juventude prega nas praças públicas e entra em choque com as forças policiais, pedindo também uma reforma profunda no seu sistema de ensino superior.

Na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Itália, na própria China vermelha, em todo o mundo a mocidade revela o seu inconformismo com a situação atual.

Pão, terra e liberdade — este foi o "slogan", o grande princípio que consubstanciava toda uma doutrina e que levantou o povo russo à voz de Lenine e dos seus seguidores para a grande arrancada que deu na Rússia bolchevique em 1917. E era o "slogan" de todos os comunistas, em toda a face da terra.

E por que a rebeldia no mundo comunista?

Há quem declare que o fenômeno é perfeitamente explicável. Os dirigentes dos países comunistas preo-

cupavam-se muito com o econômico — não terra — mas esqueciam-se da liberdade. De outro lado, o mundo do capitalista, o mundo da liberalização, muito se preocupava com o problema da liberdade, mas se esquecia do econômico — pão, terra.

E a juventude do mundo inteiro dizem intérpretes do mundo capitalista, como do mundo comunista, revolta-se contra o mundo econômico — o pão e a terra — também a liberdade. E a juventude do mundo marxista considera-se traída pelas grandes interpretações da doutrina de Karl Marx, como também a juventude do outro mundo, o mundo de De Gaulle rebelde-se porque deseja que as reformas profundas tenham andamento na França, a fim de que, num futuro que não está muito longe, além da liberdade, haja possibilidades, haja pão e haja terra. Isto é, o problema econômico seja devidamente resolvido.

No Brasil luta a nossa juventude por liberdade, pão, para que o País tenha a sua economia estruturada. E aqui tenho as mãos, Sr. Presidente, um documento que me chegou ontem e que revela o pensamento da nossa juventude. Marginalizada no processo político brasileiro, não tem vez, em virtude da existência de dois partidos apenas.

Cria-se o artificialismo da sublegenda e agrava-se a crise interna de cada partido. O número de candidatos diminui; o poder econômico vai fazer valer a sua força como norma, na indicação de candidatos, porque existem apenas dois partidos.

A luta, a competição hoje, não é para que o candidato busque o voto do eleitor. A grande luta, hoje, é para que os Poderes, com "p" grande, tenham vez, possam ingressar numa chapa e disso far portanto, as eleições.

E' mais difícil, hoje, o cidadão brasileiro ser indicado por um partido para disputar eleições do que, em sendo indicado conquistar o voto do povo.

Todo o artificialismo ou a modalidade com que se engendrou esse sistema, repudiado pela consciência política deste País e os espetáculos presenciados nestes últimos dias, particularmente, na Câmara dos Deputados, revelam, objetiva e claramente, aquilo que observamos, a insatisfação, a intranquilidade, a falta de segurança, principalmente daqueles homens que não sabem negociar a sua candidatura, que não sabem barganhar e que desejariam justiça para que, num processo democrático, pudessem ser indicados e pudessem disputar o voto popular.

E todos irão verificar as interações em cada Estado: "Por que fulano não é candidato? Desertou? Desistiu da luta? E haverá silêncio. Muitos não desistiram não puderam concorrer, na competição interna, para conquistarem uma vaga dentro do seu próprio partido.

E eu não faço distinção. E' uma tese de que defendo.

E a mocidade foi marginalizada — venho insistindo nesta tese — tirando-se aos jovens o direito de, num processo democrático, disputarem, exporem as suas idéias ao povo.

E, do outro lado, a crise universitária; a falta de oportunidade que este documento revela. Um País agrícola como o nosso, um País que precisa de veterinários e de agrônomos, de técnicos em agricultura; um País cujas terras poderiam estar sendo aproveitadas, científica e racionalmente aproveitadas, e, se aproveitadas assim, poderiam estar fornecendo ao mundo faminto uma quantidade fabulosa de alimentos — poderia estar adquirindo divisas em tal quantidade que a sua industrialização se processaria com muito mais rapidez, e essas divisas poderiam estar sendo formadas pela exportação de proteínas vegetal e animal, para o mundo inteiro.

Pois bem, os Senhores Senadores ouçam: aqui em Brasília, na Capital da República, uma escola, um colégio agrícola que acolhe jovens de muitas regiões deste País, inclusive do Extremo-Norte da Amazônia, está em férias antes de tempo. Porque o Colégio Agrícola de Brasília, sobre a falta de professores, e alguns dos que existem ali revelam-se — segundo as notícias que me foram fornecidas — incompetentes.

Reduziram o número de aulas teóricas e as aulas práticas fogem dos princípios, das análises que são feitas nas salas onde o ensino é ministrado.

Porque o Senado Federal, as aulas práticas estão-se transformando numa exploração do arço do aluno! Os alunos vão capinar, os alunos vão lavar poeiras, e as aulas práticas estão-se resumindo nisto. Nossos futuros agrônomos estão-se preparando para a formação de uma economia sólida, no campo agrícola brasileiro, e a instrução prática que estão recebendo consiste nisto: lavagem de poeiras e capinagem.

Os alunos do Colégio Agrícola de Brasília, segundo as informações que recebi, ontem, não estão tendo acesso às máquinas; não sabem como manejá-las; como que lhes é proibido o trabalho com elas.

Há falta de livros técnicos: os rapazes querem estudar e não encontram livros.

Completa ausência de laboratórios, para que os alunos possam realizar experiências nos campos da Física, da Química, da Biologia, etc.

Assistência médica aos alunos — e creio que são mais de duzentos! — praticamente inexistente. Na enfermaria ali existente, se existe a enfermaria, quase não há medicamentos.

Falta de higiene, particularmente no refeitório e na cozinha, onde são preparados alimentos deficientíssimos para sustento daquela mocidade. E, aos domingos, particularmente, os alunos são abandonados — e são inteiros.

Há uma poeila, há porcos, poderiam ser abatidos, e haveria falta de proteína animal para o sustento daqueles moços, poderiam, abatidos, ajudá-los na sua manutenção na sua sustentação física. Isto não acontece.

Há uma criação de frangos, mas não podem ser consumidos pelos alunos.

Há insuficiência de funcionários, e esta insuficiência passa a ser suprida a pelos alunos que se prejudicam, naturalmente.

Sr. Presidente, os alunos foram ao Diretor, expuseram seus pontos de vista. Logo mais, alarmado, chega o Delegado, creio que de Planaltina, porque recebeu uma denúncia de que os alunos do Colégio Agrícola de Brasília inquietos, iriam provocar distúrbios.

A ordem, segundo fui informado, era para que o choque da Polícia invadisse o Colégio Agrícola de Brasília para conter os amotinados.

O Delegado, humano e inteligente, foi verificar o que havia. Ouviu os alunos e não enviou choque da polícia algum, porque nada encontrou que justificasse uma atuação violenta.

A resposta do Diretor:

"Comunicamos aos alunos do Colégio Agrícola de Aplicação que, em virtude da situação difícil que atravessa o Colégio e tendo em vista, também, a impossibilidade de atendimento imediato às reivindicações dirigidas em 31 de maio último pelo Centro Social "Wanderley do Prado Barreto", esta Direção resolveu antecipar as férias escolares de julho, devendo as mesmas ter início a partir de amanhã, dia 4 de junho.

Tal medida tem a finalidade de permitir à Direção desta Escola a possibilidade de estudar perante os órgãos superiores o aten-

para a sessão ordinária de hoje, às
14.30 horas a seguinte

Sessão em 6 de junho de 1968

(Comissão Mista: Presidente — Senador Argemiro de Figueiredo — Relator — Senador Achilles Cruz).

Dia 4-6 — Apresentação do parecer, pela Comissão;
Dia 5-6 — Publicação do parecer; e
Dia 11-6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:00 horas.
Prazo — Início: 8.5.68; término: 18.6.68.

2

Projeto de Lei nº 18, de 1968 (CN), que "Declara prescritas as contas que menciona e dá outras providências".
Comissão Mista: Presidente: — Deputado Lauro Leitão. Relator: — Deputado Francisco Amaral.
Dias 21.5, 3, 4, 5 e 6.6.68 — Apresentação de emendas perante a Comissão;

Dia 11-6 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 19-6 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 20-6 — Publicação do parecer; e

Dia 25-6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:00 horas.
Prazo — Início: 29.5.68; e Término: 7.8.68.

Está encerrada a sessão:

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 20 minutos.)

ATA DA 106ª SESSÃO, EM 5 DE JUNHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa

Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRs.: GILBERTO MARINHO E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sana
 Alvaro Maia
 Pedro Carneiro
 Achilles Cruz
 Luiz de Barros
 Manoel Villaga
 Pereira Diniz
 Argemiro de Figueiredo
 Dilton Costa
 José Leite
 Aloysio de Carvalho
 Eduardo Catalão
 Paulo Torres
 Aarão Steinbruch
 Vasconcelos Torres
 Aurélio Vianna
 Gilberto Marinho
 Nogueira da Gama
 Moura Andrade
 Péricles Pedro
 Armando Storni
 Pearl Ludovico
 Fernando Corrêa
 Milton Meneses
 Guido Mondin
 Dantel Krieger
 Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho). — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental declarado aberta a sessão, vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

Parêcer nº ..., de 1968

Da Comissão de Valorização da Amazônia, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1967 (Projeto de Lei nº 338-C-67, na Câmara), que dispõe sobre a concessão de prorrogação de prazos, pelo Banco do Brasil S. A. e Banco da Amazônia S. A., a devedores do Pará e Amazonas.

Relator: Senador Adalberto Sana.

Pelo projeto em exame, os devedores do Banco do Brasil S. A. e do Banco da Amazônia S. A., que tiveram suas propriedades inundadas e as safras destruídas pelas enchentes dos rios da Amazônia, poderão reescalear suas dívidas, independentemente de novos financiamentos.

2. A matéria foi considerada constitucional e jurídica pelo órgão competente da Câmara dos Deputados, e examinada, quanto ao mérito, pelas Comissões de Economia e Finanças daquela Casa. Ambas opinaram favoravelmente, ressaltando:

a) somente os atingidos pelas cheias poderão ser beneficiados com a prorrogação prevista;

b) os produtores, estabelecidos em terras altas e em débito com as instituições bancárias aludidas no projeto, estão fora de cogitação, quanto aos benefícios preconizados. Isso evita arbitrariedades de que o projeto tem caráter indiscriminado.

3. Cabe a esta Comissão examinar o projeto do ponto de vista do interesse para o desenvolvimento da Amazônia. A proposta foi considerada válida pela Câmara e sua importância para a economia regional é inegável. Sucede que o termo *regiões*, contido no art. 1º, pode dar margem a dúvidas, equívocos ou interpretações errôneas, na fase de execução da lei. Convém, portanto, que seja modificada.

4. Opino favoravelmente à aprovação do projeto, na forma da seguinte Emenda:

EMENDA Nº 1 — CVA

No art. 1º, onde se lê: "... devedores nas regiões atingidas..."

Leia-se: "... devedores das localidades atingidas..."

Sala das Comissões 7 de fevereiro de 1968. — Clodomir Millet, Presidente. — Adalberto Sana, Relator. — Fernando Corrêa.

Parêcer nº 488, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1967 (nº 338-C — Câmara), que dispõe sobre a concessão de prorrogação de prazos, pelo Banco do Brasil S. A. e Banco da Amazônia S. A., a devedores do Pará e Amazonas.

Relator: Senador Edmundo Levy.

O projeto ora em exame, originário da Câmara dos Deputados, "dispõe sobre a concessão de prorrogação de prazos, pelo Banco do Brasil S. A. e Banco da Amazônia S. A., a devedores do Pará e Amazonas". Trata, portanto, de relações entre credores e devedores, cuida de operações entre instituições creditícias e mutualistas na região amazônica, relações que se situam no âmbito do direito privado, comercial ou civil conforme o fim do contrato, a natureza do seu objeto ou a qualidade das partes contratantes.

2. Na Casa de origem, obteve parecer unânime favorável.

Mas, havendo recebido emenda na douta Comissão de Valorização da

Amazônia, foi remetido a este órgão técnico.

3. Em verdade, a emenda constante do parecer da ilustrada Comissão de Valorização não altera a substância do dispositivo sobre que incidiu (art. 1º). A substituição da palavra "regiões" por "localidades" é, no caso, imprecisa, restringe mais do que o desejado.

Parece-nos que o termo "áreas" será mais preciso, sem a amplitude da palavra região, bem como sem a restrição do vocábulo localidade (veja-se: região amazônica, região leste; localidades: Paracatu, Itaniranga).

4. Mas o dispositivo objeto da emenda oferece maior impropriedade que aquela que se pretendem corrigir. Está esse dispositivo assim redigido:

"Art. 1º O Banco do Brasil S. A. e o Banco da Amazônia S. A. concederão, independentemente de novos financiamentos, prorrogação de prazos aos seus devedores nas regiões atingidas pelo rigor das enchentes nos Estados do Pará e Amazonas, no corrente ano."

Segundo a "ficha sinópsis" indicada de tramitação na Câmara, o projeto foi apresentado a 16 de junho de 1967. Pretendia a proposição, a época de sua apresentação, oferecer solução rápida, pronta, eficaz às desastrosas consequências da grande enchente que arrasou extensas áreas da região amazônica. Daí, a existência da frase "no corrente ano" na parte final do art. 1º.

Mas, há nesta expressão não tem cabimento, não encontra justificativa, será fonte de inevitável confusão. Impondo-se, portanto, seja corrigida. E como a emenda da douta Comissão de Valorização Econômica da Amazônia também não satisfaz, dada a sua proposta que se dê ao artigo 1º a seguinte redação, que contemple as duas inconveniências apontadas, opinando, quanto ao mais, pela tramitação do projeto:

SUBEMENDA Nº 1 — C.C.J.

Art. 1º O Banco do Brasil S. A. e o Banco da Amazônia S. A. concederão, independentemente de novos financiamentos, prorrogação de prazos aos seus devedores nas áreas dos Estados do Pará e Amazonas atingidas pelo rigor das enchentes do ano de 1967.

Sala das Comissões, 2 de abril de 1968. — Aloysio de Carvalho, Presidente em exercício. — Edmundo Levy, Relator. — Argemiro Figueiredo. — Wilson Gonçalves. — Alvaro Maia. — Josephat Marinho. — Carlos Lindenber.

Parecer nº 489, de 1968

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 132, de 1967 (Projeto de Lei da Câmara nº 338-C-67, na origem), que dispõe sobre a concessão de prorrogação de prazos, pelo Banco do Brasil S. A. e Banco da Amazônia S. A., a devedores do Pará e Amazonas.

Relator: Senador Paulo Torres:

Prorrogação de prazos aos devedores do Banco do Brasil S. A. e do Banco da Amazônia S. A., atingidos pelas enchentes nos Estados do Pará e do Amazonas, é o que objetiva o presente Projeto. A moratória — de acordo com o art. 1º — independe de novos financiamentos e visa, acima de tudo, a beneficiar os que sofreram prejuízos materiais causados pela subida incomum do nível das águas do rio Amazonas e seus afluentes.

O Projeto prevê o prazo de prorrogação dos débitos, atribuindo-lhe a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia a indicação das áreas atingidas, o que possibilitará o conhecimento dos devedores a serem beneficiados pela providência.

Na Câmara, a matéria foi examinada pelas Comissões de Constituição e Justiça — que opinou pela sua constitucionalidade e juridicidade —, de Economia e de Finanças — ambas concluindo pela sua aprovação.

As Comissões de Valorização da Amazônia e de Constituição e Justiça do Senado já se pronunciaram favoravelmente à matéria, cabendo a esta Comissão o exame do mérito.

Pelo Projeto, só serão beneficiados com a moratória os devedores que, vítimas do fenômeno das enchentes causadas pelas águas e aluviões, sofreram perda irreparável, nas colheitas. Dessa forma, os devedores do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia, estabelecidos nas terras altas, não estão compreendidos no benefício de que cogita a proposição.

Os argumentos de que o Projeto atingiria, indiscriminadamente a todos os devedores das instituições creditícias indicadas, não têm validade. Muito menos a alegação de que a moratória importaria em deixar os Bancos sem recursos suficientes para atendimento normal das demandas.

A solução preconizada pelo Projeto é, evidentemente, racional: 1) a moratória auxilia o produtor, quando do tempo de recuperação; 2) não representa prejuízo aos Bancos porquanto o rescalamento das dívidas implicará em operação renovação do ponto de vista bancário; 3) evitará sensível prejuízo à produção, porquanto não afetará o produto a atingido por fenômeno natural momentaneamente alheio às previsões.

Seria de todo injusto se instituições como o Banco do Brasil S. A. e o Banco da Amazônia S. A., em nome de regulamentos, resoluções ou normas, obrigassem o produtor a providências excessivas, a fim de saldarem compromissos assumidos ante a previsão de enchente colossais que, no final, veio a ser destruída por situação imprevisível.

Assim sendo, opinamos pela aprovação do Projeto, com a substituição da Comissão de Constituição e Justiça, que consideramos oportuna e pela rejeição da emenda nº 1-CVA.

Sala das Comissões, em 5 de junho de 1968. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Paulo Torres, Relator. — José Leite. — João Cleofas. — Mem de Sá. — José Ermirio. — Fernando Corrêa, com restrições. — Bezerra Neto. — Manoel Villaga.

Parêcer nº 490, de 1968

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 75, de 1968 (nº 1.245-B-68, na Câmara), que concede franquias postais às precatórias criminais.

Relator: Senador Manoel Villaga.

O Senhor Presidente da República encaminhou à consideração do Congresso Nacional o presente projeto que concede franquias postais às precatórias criminais expedidas pelo Juiz de uma Comarca para outra.

Em virtude das crescentes dificuldades que vem enfrentando a Justiça na distribuição de seus processos, provenientes da não consignação, nos orçamentos estaduais, de verbas específicas destinadas à taxa postal, tem-se deixado de proceder, muitas vezes, a inquirições de testemunhas e a diligências em outras Comarcas.

Ora, este grave problema, do qual tomou conhecimento na pouco tempo o Senhor Ministro da Justiça por intermédio do Presidente do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio, vem entravando sobremaneira o andamento normal dos processos em curso na Justiça dos Estados, ensejando-lhes frequentemente a paralisação, prejudicando os prazos legais e determinando, não raro, até a prescrição das ações penais.

A Lei nº 537, de 1937, ainda em vigor, franquia os autos de recursos

remetidos pelos secretários ou escrivães dos tribunais, quando os réus são reconhecidamente indigentes, desde que conste do invólucro essa indicação.

Esta isenção, porém, não se aplica às precatórias criminais.

Por seu turno, o Decreto-lei número 1.995, e o Decreto nº 5.109, de 1940, que o regulamentou, ao dispor sobre o uso das correspondências oficiais, exigem para elas o pagamento das taxas postais, franqueando-as, unicamente, para fins judiciais, no caso previsto pela mencionada Lei número 537.

Não há, porém, como não reconhecer que, sendo a distribuição regular dos processos judiciais de interesse nacional, a concessão de franquia postal deve estender-se, também, às precatórias criminais, mesmo porque a sua distribuição não pode continuar sendo prejudicada pela omissão dos Estados que não consignam os necessários recursos orçamentários para esse fim.

Pelas razões expostas, a Comissão de Finanças é de parecer que o Projeto em apreço merece ser aprovado com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1-CF

Redija-se assim o artigo 1º do Projeto:

Art. 1º Gozarão de franquia postal, inclusive aéreas, as precatórias criminais expedidas pelos Juizes de outras Comarcas.

Sala das Comissões, em 5 de junho de 1968. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente. — *Manoel Villaga*, Relator. — *Mem de Sá*. — *Bezerra Neto*. — *José Leite*. — *Fernando Corrêa*. — *Paulo Torres*. — *José Ermirio*. — *João Cleofas*.

Parecer nº 491, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1968, que dá para os fins que especifica, aos títulos negociáveis nas Bolsas de Valores, a mesma validade dos títulos da dívida pública.

Relator: Senador Bezerra Neto

Pelas disposições do presente projeto de lei, de autoria do eminente Senador Lino de Mattos, "terão a mesma validade dos títulos da dívida pública, para fins de aval, caução ou depósito junto as repartições ou órgão da administração pública, os títulos em geral negociáveis nas Bolsas de Valores".

2. Numa época, em que apesar do rigoroso controle do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, ex. vi das Leis 4.595, de 1964 e 4.728, de 1965, decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, etc., que disciplinam o mercado de capitais, títulos negociados nas Bolsas de Valores vêm conduzindo a prejuízos de milhares de pequenos acionistas (casos Mannesman, Dominium S. A., C.B.I., etc.), não vemos justificativa para equiparar, da maneira simples e direta, como quer o projeto, os títulos em geral negociáveis naquelas entidades financeiras aos títulos de dívida pública. Esses últimos papéis são precedidos de lei especial para sua emissão, com a garantia expressa, solene, do Governo. Aquêles, uns podem ser de companhias registradas no Banco Central, outros não; podem ter aquelas companhias apenas como representantes (arts. 12, 17, 19 e outras da Lei nº 4.728, de 14.7.65). Essa e outras leis tratar de todo o mercado financeiro, cercam os títulos em bolsas das maiores cautelas, mas as mesmas organizações de corretores oficiais se espalham pelos Estados e fácil é prever os desastres que iriam surgir na equiparação dos títulos em geral, de sociedades particulares, aos títulos da dívida pública.

3. Ademais, o projeto não faz caso de que títulos da dívida pública se revestem de uma conceituação juri-

dica, com fundamento em lei, não se podendo trazer a ele a equiparação pura e simples de papéis particulares. Aquêles títulos "são sempre de emissão do Governo Federal, dos Governos estaduais, ou dos Governos municipais". Os títulos da dívida pública, de um modo geral, gozam de "poder liberatório" junto aos governos que os emitem, isto é, servem para o pagamento de certos impostos, para cações junto a repartições públicas, para depósitos judiciais, etc. É uma vantagem que possuem sobre os títulos de crédito particulares, vantagem essa especialmente interessante para sociedades comerciais empreiteiros públicos, negociantes, etc. O poder liberatório amplia o mercado dos títulos públicos, principalmente nas épocas de pagamento de impostos, e especialmente quando esses títulos estão abaixo de seu valor nominal (valor de emissão), são grandemente procurados por todos que têm pagamentos ou depósitos a efectuar junto aos governos, já que para esses efeitos são recolhidos pelo seu valor nominal". — (ABC de Investimentos, Editora Atlas, edição de 1967, Benedito Fern de Barros, página 146). Ocorre que não seria possível dar aos títulos particulares as contrapartidas de um serviço regular de pagamento de juros, resgate de títulos e outras particularidades que desnaturariam a prática normal de comércio.

4. Além de manifesta inconveniência, o projeto incursiona pelo seu mérito, em matéria de ordem financeira, criando equiparações a obrigações da dívida pública e vinculando-as ao funcionamento das Bolsas de Valores, que integram as Comissões Consultivas do Conselho Monetário Nacional (art. 7º, inciso 12, da Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964) e são órgãos do nosso sistema financeiro oficial (art. 5º e seguintes da Lei nº 4.728 citada).

Trata-se, deste modo, tal como está redigido o presente projeto de matéria financeira, sendo inconstitucional, a nosso ver, a proposição, ex vi do art. 60, I, da Constituição.

O parecer é pela rejeição.

Sala das Comissões, em 5 de junho de 1968. — *Milton Campos*, Presidente. — *Bezerra Neto*, Relator. — *Antônio Carlos*. — *Wilson Gonçalves*. — *Alvaro Maia*. — *Aloysio de Carvalho Filho*. — *Aurélio Vianna*. — *Edmundo Levi*. — *Josaphat Marinho*, pela inconveniência do projeto.

Parecer nº 492, de 1968

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 8-68 (nº 3.707-B-66, na Câmara) que autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Norte Mineira, terreno situado na gleba do Colégio Agrícola "Antônio Versiani Athayde", no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador Adalberto Sena.

O Projeto em exame, submetido à consideração da Câmara dos Deputados pelo Deputado Francelino Pereira, visa a autorizar a doação de terreno à Universidade Norte de Minas Gerais, com sede na cidade de Montes Claros, naquele Estado.

A proposição mereceu aprovação na outra Casa do Congresso onde, antes de levada a plenário, recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças.

Como se evidencia da Justificação com que o autor demonstra a oportunidade e conveniência do Projeto, a área a ser destacada dos terrenos pertencentes ao "Colégio Agrícola Antônio Versiani Athayde" em nada prejudicará as atividades daquela instituição de ensino, uma vez que a área remanescente é mais que suficiente para as suas necessidades.

Isto considerando, tendo em vista as altas finalidades a que se propõe o Projeto, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões em 19 de fevereiro de 1968. — *Menezes Pimentel*, Presidente. — *Adalberto Sena*, Relator. — *Alvaro Maia*. — *Teotônio Vilela*.

Parecer nº 493, de 1968

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1968, (nº 3.707-B-66, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Norte Mineira, terreno situado na gleba do Colégio Agrícola "Antônio Versiani Athayde", no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador Leandro Maciel.

O presente Projeto, de autoria do Deputado Francelino Pereira, visa a autorizar o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Norte Mineira, um terreno com área de 193.600 m² (cento e noventa e três mil e seiscentos metros quadrados), a ser destacado da gleba pertencente ao Colégio "Antônio Versiani Athayde", no município de Montes Claros, em Minas Gerais.

O terreno em questão, segundo determina o parágrafo único do art. 1º será destinado à construção e instalação da sede da Fundação Universidade Norte Mineira e dos prédios dos respectivos Institutos e Faculdades, bem como às suas atividades complementares, devendo retornar, porém, ao Ministério da Agricultura, independentemente de qualquer indenização, caso a Fundação venha a extinguir-se ou seja dada ao imóvel um fim diverso do especificado na proposição.

Resalta o autor do Projeto, em sua justificação que o desmembramento da área indicada em nada prejudicará as atividades da instituição a que pertencem a gleba, um vez que o remanescente é, ainda, bastante para comportar as atividades do Colégio "Antônio Versiani Athayde" mesmo no caso de vir este a multiplicar as suas atividades nos próximos anos, posto que lhe ficam pouco mais de 2.135.000m² (dois milhões, cento e trinta e cinco mil metros quadrados).

Não havendo obstáculos de ordem financeira que o possam invalidar, opinamos pela aprovação do projeto, ouvindo-se, também, a Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 20 de março de 1968. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente. — *Leandro Maciel*, Relator. — *Pessoa de Queiroz*. — *Clodimir Milet*. — *João Cleofas*. — *Manoel Villaga*. — *Júlio Leite*. — *José Leite*. — *Fernando Corrêa*.

Parecer nº 494, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1968 (nº 3.707-B-66 na outra Casa do Congresso Nacional), que autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Norte Mineira terreno situado na gleba do Colégio Agrícola "Antônio Versiani Athayde", no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador Wilson Gonçalves.

O presente projeto, que é de autoria do nobre Deputado Francelino Pereira, autoriza o Poder Executivo a doar, através do Ministério da Agricultura, uma área de terreno de 193.600 m² (cento e noventa e três mil e seiscentos metros quadrados) à Fundação Universidade Norte Mineira, criada pela Lei nº 2.015, de 24 de maio de 1962.

Segundo o texto da proposição, o terreno é desmembrado de uma gleba pertencente ao Colégio Agrícola "Antônio Versiani Athayde", e se destina à construção e instalação da sede da mencionada entidade. Em cláusula final, contida no parágrafo único do art. 1º, procura assegurar o objetivo da providência, dispondo que o imóvel em apreço reverterá ao patrimônio do Ministério da Agricultura, independente de qualquer indenização pelas benfeitorias construídas, caso a donatária venha a desaparecer.

O projeto está plenamente justificado. O seu ilustre autor esclarece que área a ser doada é de apenas 4 (quatro) alqueires e se desmembra de um terreno que mede 48 (quarenta e oito) alqueires. Na Câmara recebeu parecer favorável das três Comissões ouvidas, inclusive a de Constituição e Justiça.

No Senado, já se manifestaram pela sua aprovação as Comissões de Educação e de Finanças, sendo que a última condicionou o seu pronunciamento à audiência desta Comissão.

A matéria, embora envolva a alienação de imóvel do patrimônio da União, não oferece, sob o ângulo jurídico-constitucional, nenhum aspecto que mereça maior destaque ou impeça a sua normal tramitação. Contem-se no campo da limitada iniciativa que a Constituição vigente deixou ao parlamentar e não exclui a participação do Poder Executivo na efetivação da medida proposta, através da sanção.

Em face do exposto, a Comissão de Constituição e Justiça entende que o projeto é constitucional e jurídico.

Sala das Comissões, 5 de junho de 1968. — *Milton Campos*, Presidente. — *Wilson Gonçalves*, Relator. *Aloysio de Carvalho Filho*. — *Edmundo Levi*. — *Alvaro Maia*. — *Bezerra Neto*. — *Antônio Carlos*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Sobre a mesa, ofício do Sr. Ministro Ivo Aratua, da Agricultura, a respeito do requerimento nº 80, de 3 de fevereiro de autoria do Sr. Vasconcelos Torres, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

G. M. nº ... BR.

Senhor Senador

Em aditamento ao Aviso nº 212 datado de 2 de maio de 1968, do meu substituto, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, a fim de solicitar-lhe o exame da possibilidade de adiar o meu comparecimento a essa Egrégia Casa, quando tiver ensaio de atender à convocação constante do ofício nº 640, de 29 de abril de 1968, dessa Primeira Secretaria.

Justificando este meu pedido, que ro esclarecer-lhe que, ao regressar do exterior, já estava fixado o período para realização do II Congresso Nacional da Agropecuária, bem como para reuniões preparatórias, cujo Calendário que ora tenho o prazer de anexar ao presente, prevê trabalho sob a minha presidência, obrigando-me a deslocar-me para as regiões Centro-Oeste, Sul, Leste, Nordeste e Norte do país, durante todo o corrente mês.

Acresce, ainda, o fato de esta aguardando o recebimento de dados solicitados à CACEX, de voz que este Ministério não tem ingerência em importação de qualquer produto.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada consideração e apreço.

Ivo Aratua

II CONGRESSO NACIONAL DE AGROPECUARIA
Calendário das Reuniões Preparatórias

Região	Sede	Data	Coordenação	Participantes
Norte	Manaus	Junho 13-14	IRDF	Roraima — Acre — Amazonas — Roraima — Pará — Amapá
Nordeste	Fortaleza	Junho 17-18	IDA	Maranhão — Piauí — Ceará — Rio Grande do Norte — Paraíba — Pernambuco — Alagoas
Leste	Rio de Janeiro	Junho 10-11	SUDEPE	Sergipe — Bahia — Espírito Santo — Rio de Janeiro — Guanabara — Minas Gerais
Sul	São Paulo	Junho 6-7	SUNAB	São Paulo — Paraná — Santa Catarina — Rio Grande do Sul
Centro Oeste	Goiânia	Junho 3-4	IBRA	Mato Grosso — Goiás — Distrito Federal

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência considera justificado, para os efeitos do disposto no art. 13, nº 3, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, o não comparecimento do Ministro da Agricultura, adian- do para data a ser posteriormente marcada.

Diz o referido artigo: "a falta de comparecimento sem justificação". A Presidência considera, então, justificada.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência deferiu os seguintes Requerimen- tos de Informações:

De autoria do Senador Pereira Diniz

Nº 628-68, ao Ministério do Traba-
do.

De autoria do Senador Guido Mondin

Nº 646-68, ao Ministério da Fa-
nda.

De autoria do Senador Adalberto Sene

Nº 648-68, ao Ministério do Traba-
e Previdência Social.

Nº 647-68, ao Ministério Extraordi-
rio para Assuntos do Gabinete Cl.

De autoria do Senador Lino de
Matos

Nº 649-68, ao Ministério da Educa-
e Cultura.

Nº 669-68, ao Ministério da Agri-
tura.

Nº 670-68, ao Ministério da Saúde.

De autoria do Senador Raul Glu-
berti

Nº 650-68, ao Ministério da Indús-
e Comércio.

Nº 674-68, ao Ministério da Agri-
tura.

De autoria do Senador Vascon-
celos Torres

Nº 681-68, ao Ministério do Inte-
r.

Nº 682-68, ao Ministério do Inte-
r.

Nº 683-68, ao Ministério da Agri-
tura.

Nº 684-68, ao Ministério do Inte-
r.

Nº 685-68, ao Ministério da Agri-
tura.

Nº 686-68, ao Ministério da Saúde.

Nº 682-68, ao Ministério da Agri-
tura.

Nº 663-68, ao Ministério das Comu-
nicções.

Nº 664-68, ao Ministério das Comu-
nicções.

Nº 666-68, ao Ministério da Indus-
tria e Comércio.

Nº 667-68, ao Ministério do Interior.

Nº 676-68, ao Ministério dos Trans-
portes.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu resposta aos seguintes
Requerimentos de Informações:

Nº 252-68, de autoria do Senador
Lino de Matos, enviada pelo Minis-
tro do Planejamento e Coordenação
Geral (Aviso nº 265, de 31 de maio de
1968).

Nº 388-68, de autoria do Senador
Vasconcelos Torres, enviada pelo Mi-
nistro do Planejamento e Coordena-
ção Geral (Aviso nº 259, de 30 de
maio de 1968).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência, de acordo com as indicações das
lideranças, designa, para comporem
a Comissão de Inquérito destinada a
apurar as causas da evasão de cien-
tistas de alto nível e a estudar medi-
das tendentes a incentivar a pesquisa
científica tecnológica no País, criada
pela Resolução nº 19, de 1968, os se-
guintes Srs. Senadores:

ARENA

1. Arnão de Melo
2. Alvaro Maia
3. Leandro Maciel
4. Carlos Lindemberg
5. Fernando Corrêa
6. Vasconcelos Torres

MDB

1. Pereira Diniz
2. Mário Martins
3. Josaphat Marinho

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há requeri-
mentos de informações que vão ser
lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Requ... nº 684, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através
do Ministério da Educação e Cultura
— Campanha Nacional de Me-
renda Escolar — informações sobre
atividades no Estado do Rio.

(DO SENADOR VASCONCELOS
TORRES)

Senhor Presidente

Requeiro, na forma da preceituação
regimental vigente, informe o Poder

Executivo, através do Ministério da
Educação e Cultura — Campanha
Nacional de Merenda Escolar — se
tem fornecido, regularmente, assis-
tência à população escolar do Estado
do Rio, e, caso afirmativo, quais os
municípios atendidos bem como o
plano de atividades para o corrente
ano.

Sala das Sessões, 6 de junho de
1968. — Vasconcelos Torres.

Requeri... nº 685, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através
do Ministério da Indústria e Co-
mércio — Grupo Executivo da In-
dústria Mecânica — informações
sobre produção de máquinas e equi-
pamentos rodoviários.

(DO SENADOR VASCONCELOS
TORRES)

Senhor Presidente
Requeiro, na forma da preceituação
regimental vigente, informe o Poder
Executivo, através do Ministério da
Indústria e Comércio — Grupo Exe-
cutivo da Indústria Mecânica — so-
bre o seguinte:

- 1) Está o mercado nacional capa-
citado a absorver integralmente a
produção nacional de máquinas e
equipamentos ou existe capacidade
ociosa das fábricas?
- 2) Têm sido feitas importações
mesmo que de máquinas ou equipa-
mentos rodoviários sem similar na-
cional?
- 3) O MIC, isolada ou conjuntamen-
te com outros órgãos federais ou es-
aduais, tem procurado incrementar
o mercado brasileiro, bem como pro-
curado exportar o "excedente" da
produção atual?
- 4) Em caso afirmativo ao item 2
existem planos para fabricação de
máquinas e equipamentos importa-
dos até a presente data ou diversifi-
car a produção das fábricas nacio-
nais, de molde a evitar que, por falta
de mercado, exista capacidade ociosa
no setor?

Sala das Sessões, 6 de junho de
1968. — Vasconcelos Torres.

Requerim... nº 686, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através
do Ministério do Interior, sobre
convênios para fornecimento de
água ao 2º Distrito, Vila Seropédi-
ca, município de Itaguaí, Estado do
Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS
TORRES)

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regi-
mental vigente, requeiro informe o

Poder Executivo, através do Minis-
rio do Interior, se já foi firmado con-
vênio com o Estado do Rio de Jan-
ro, visando o fornecimento de água
para o 2º distrito — Vila Seropédica
— no município de Itaguaí, localiza-
da no km 49 da antiga Rio - São
Paulo onde vivem, aproximadamen-
te 40 mil habitantes, que se servem,
ainda, de água salitrada de poço.
Sala das Sessões, 6 de junho de
1968. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 687, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através
do Ministério da Educação e Cul-
tura — Departamento de Ensino
Industrial — informações sobre
convênio com o Ministério do Exér-
cito.

(DO SENADOR VASCONCELOS
TORRES)

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma da preceituação
regimental vigente, informe o Poder
Executivo, através do Ministério da
Educação e Cultura — Departam-
to de Ensino Industrial — sobre o
seguinte:

- 1) Quais as profissões a serem en-
sinados aos soldados do Exército Na-
cional, de acordo com o convênio as-
sinado com o Ministério do Exército?
- 2) Quantos professores serão co-
locados à disposição do Exército para
tal, bem como quais os recursos e
sua origem?
- 3) Haverá, em consequência do ci-
tado convênio diminuição de aulas
ou cursos nas escolas oficiais de en-
sino industrial?

Sala das Sessões, 6 de junho de
1968. — Vasconcelos Torres.

uerir... nº 688, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através
do Banco do Brasil, sobre financia-
mento às lavouras dos pequenos
planteadores de café, de produção
não inferior a trinta sacas, no Es-
tado do Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS
TORRES)

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regi-
mental vigente, requeiro, informe o Poder
Executivo, através do Banco do Bra-
sil, quando será concedido financia-
mento às lavouras dos pequenos plan-
tadores de café, de produção não in-
ferior a 30 sacas, por mil pés, no Es-
tado do Rio de Janeiro, cujos café-
zais, ainda não erradicados pelo pla-
na GERCA, além de constituírem o
sustentáculo dos rurícolas daquela

região, têm sua situação idêntica àquela dos lavradores baianos, mineiros e capixabas, já beneficiados com financiamentos?

Sala das Sessões, 6 de junho de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 689, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Banco do Brasil, sobre financiamento para custeio de entressafras das usinas de açúcar do Estado do Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requiro informe o Poder Executivo, através do Banco do Brasil, se será feito financiamento para custeio das despesas de entressafras das usinas de açúcar do Estado do Rio de Janeiro, do mesmo modo com que foram beneficiadas as de Pernambuco e Alagoas, e, bem assim, como será feito o pagamento aos usureiros a fim de evitar a ação de intermediários?

Sala das Sessões, 6 de junho de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 690, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — Banco Nacional de Crédito Cooperativo sobre montante distribuído, em 1967, às diversas cooperativas brasileiras, responsáveis pela produção e distribuição de gêneros alimentícios.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — Banco Nacional de Crédito Cooperativo — o seguinte:

1) Qual o montante distribuído, em 1967, às diversas cooperativas brasileiras responsáveis pela produção e distribuição de gêneros alimentícios?

2) Do valor total distribuído, detalhar as quantias destinadas a:

- I — culturas básicas de subsistência;
- II — pecuária leiteira;
- III — cooperativas agrícolas;
- IV — cooperativa de consumo;
- V — agropecuária;
- VI — produção e comercialização de vinhos;
- VII — avicultura;
- VIII — outros fins não especificados.

Sala das Sessões, 6 de junho de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 691, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, sobre Programa Cooperativo de Observações Meteorológicas Brasil-Estados Unidos.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requiro informe o Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, quais são as normas estabelecidas para o Programa Cooperativo de Observações Meteorológicas Brasil-Estados Unidos, quando o acordo foi assinado e onde serão instaladas as estações de sondagem?

Sala das Sessões, 6 de junho de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 692, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — Conselho Superior das Cajas Econômicas — informações sobre regulamentação do Decreto-lei nº 266.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Requiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — Conselho Superior das Cajas Econômicas — quais os motivos da não regulamentação, até a presente data, do Decreto-lei nº 266, que estabelece a obrigatoriedade aos funcionários das Cajas Econômicas Federais, entre outros, de serem funcionários autônomos ou passar a ser regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Sala das Sessões, 6 de junho de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 693, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, sobre alto índice de poluição das águas da Baía de Guanabara, no trecho litorâneo da Av. Washington Luís, em Duque de Caxias, Estado do Rio.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, se tem conhecimento do alto índice de poluição das águas da Baía de Guanabara, no trecho litorâneo da Av. Washington Luís, em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, e, em caso afirmativo, quais as providências tomadas a fim de evitar possíveis surtos epidêmicos, justamente no local onde se planeja construir uma obra que sempre constituiu uma aspiração do povo daquela munícipalidade.

Sala das Sessões, 6 de junho de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 694, de 1968

Sr. Presidente,

Requiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Excmo. Sr. Ministro da Aeronáutica o seguinte pedido de informações:

- 1) Quais os helicópteros de propriedade do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária registrados na Diretoria da Aeronáutica Civil?
- 2) Qual a marca, o número, o fabricante de cada aparelho?
- 3) Qual a data de registro de cada aparelho?
- 4) Foi dado baixa em algum registro de helicóptero por ter sido acidentado?

Sala das Sessões, 6 de junho de 1968. — Senador Lino de Mattos.

Requerimento nº 695, de 1968

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno, requiro a Vossa Excelência se dignar determinar providências no sentido de ser encaminhado ao Senhor Ministro da Indústria e do Comércio e ao Senhor Presidente do Instituto Brasileiro do Café, o seguinte pedido de informações:

- 1) Quais as providências que estão sendo tomadas no sentido da aplicação das conclusões do II Congresso Brasileiro do Café realizado em Curitiba.
- 2) Qual o restabelecimento dos níveis de rendas das Regiões Produto-

ras e melhor nível de remuneração a cafeicultores.

Sala das Sessões, 6 de junho de 1968. — Senador Raul Góes.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Os requerimentos lidos vão à publicação e, a seguir, serão despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O período destinado ao Expediente desta sessão, de acordo com o requerido por numerosos Senadores e aprovado pelo Plenário, será destinado a reverenciar a memória do Senador Robert Kennedy. Estão inscritos vários Srs. Senadores, o primeiro dos quais é o autor do requerimento, o Sr. Senador Aarão Steinbruch, a quem concedo a palavra.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, ainda traumatizado pelo impacto da notícia do atentado sofrido pelo Senador Robert F. Kennedy, divulgada em Brasília nas primeiras horas da manhã de ontem, usei a palavra na Sessão matutina desta Casa, a fim de expressar o meu mais sentido pesar pelos acontecimentos verificados em Los Angeles, concluindo por formular fôsse inserido em Ata um Voto de Pesar do Senado Brasileiro ao Senado dos Estados Unidos da América do Norte, bem como se consubstanciasse essa atitude num telegrama a ser expedido.

Hoje, madrugada alta, informaram os nossos órgãos da imprensa falada e escrita que o representante do Partido Democrata pelo Estado de New York falecera, não resistindo aos ferimentos sofridos, fato que, de um certo modo veio confirmar os prognósticos médicos emitidos após a longa intervenção cirúrgica a que foi submetido no Hospital Bom Samaritano, os quais afirmavam a extrema gravidade de seu estado e as perspectivas mais sombrias quanto a sua recuperação. Sr. Presidente, durante o dia de ontem, todos nós aqui no Senado, bem como a Nação e o mundo, estou certo que, embora consolassemos as mais nobres possibilidades que restavam ao ilustre homem público norte-americano, ainda vivíamos a uma espera de que por um verdadeiro milagre, pudesse escapar à morte, restituindo ao mundo — a seu povo, essa admirável figura de estadista liberal e humanitarista dedicada, cuja lacuna haverá de, por muito tempo, ser sentida por toda a Humanidade.

Com o desaparecimento de Robert Kennedy, posso afirmar sem exageros, que o mundo perde uma de suas mais válidas esperanças de Paz e harmonia entre os povos e, em particular, se vê privado o povo norte-americano de um homem que, se eleito, teria possivelmente concluído a obra de seu não menos ilustre irmão, o saudoso Presidente John Fitzgerald Kennedy, vítima de destino gêmeo, e, por da definitiva erradicação da maldade segregacionista racial que emana atualmente o brilho da Civilização da América do Norte.

Nesta hora em que nos lamentamos todos, não será demais dizer que o ódio e a violência puderam fazer mais uma vítima, em sua guerra excelsa, contra os homens de paz. Em meio à sua campanha, lutava, ele sim, pelo fim das diferenças entre os homens, que representava no Senado, luta em que contava como aliados decididos a juventude de seu País e a mocidade de todo o mundo. As razões do seu sacrifício estão acima da compreensão vulgar de sindicatos policiais ou inquéritos conduzidos pelo Secretariado de Justiça. Morreu, porque esse jovem que era Bob Kennedy, candidato à mais alta magistratura de sua terra, vencedor das eleições preliminares da Califór-

nia à presidência dos Estados Unidos da América do Norte, apoiado pelos democratas liberais, pelos brancos pelos líderes negros e pelos jovens de seu País e cristalizava movimento revolucionário que se propunha reformular as instituições e as estruturas políticas e insensivelmente econômicas das classes hoje dirigidas dos destinos daquela fabulosa Nação do hemisfério Norte de nosso Continente.

O Sr. Argemiro de Figueiredo Permite V. Exª um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH Com todo prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo Senhor Senador estou ouvindo com muita atenção o brilhante discurso que V. Exª pronuncia, nesta hora, apesar de toda Nação brasileira perceber que naturalmente, não será manifestado em seu nome pessimismo, acréscito, em nome de todo o Senado da República e, especialmente, do Partido a que amamos pertencemos. Assim, desejava que V. Exª se considerasse, também, representante do pensamento e do sentimento do M.D.B.

De qualquer modo, receba a minha solidariedade pessoal.

O SR. AARÃO STEINBRUCH Muito obrigado a V. Exª. (Lê) O mundo caiu estupefocado a notícia do atentado contra sua vida e seu país, agora, com a sua morte, indicando-se da mesma forma, com mais esse crime, que veio unir, irmãos, dois defensores dos direitos civis do homem moderno num mesmo destino.

Robert F. Kennedy nasceu em Brookline, Massachusetts, em 20 de novembro de 1925, sendo o sétimo filho de uma família de dez estudantes Milton Acemy, uma escola secundária de Massachusetts, e diplomado pela Universidade de Harvard em 1948. Colou grau em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Virgínia. Durante a Segunda Guerra Mundial, serviu 18 meses na linha de Guerra dos Estados Unidos, parte desse tempo como marinheiro de segunda classe a bordo do contratorpedeiro "Joseph P. Kennedy Jr.", nome de seu irmão mais velho, aviador da Marinha, morto em ação em 1944, quando atacava um submarino.

Bob iniciou a carreira jurídica na Divisão de Criminologia do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, logo depois de receber o seu diploma de advogado. Quando seu irmão John F. Kennedy se candidatou a uma cadeira no Senado, em 1960, dirigiu-se com ele para Massachusetts, a fim de chefiar a vitória na campanha. Posteriormente retornou a Washington, para assumir o cargo de Conselheiro Assistente da Subcomissão Permanente de Investigação do Senado.

Renunciou a este cargo, em 1959, a fim de coordenar a campanha de seu irmão John, nas eleições presidenciais de 1960. Creditava-se a ele grande parte da vitória do Partido Democrata nas eleições daquele ano. Em 1960, seu irmão John nomeou-o Procurador-Geral da República, um posto que manteve até 1961, quando renunciou e anunciou que se candidaria ao Senado pelo Estado de New York. Eleito, derrotando o Senador Kenneth Keating, que tentava a reeleição, prestou juramento como Senador em 1º de janeiro de 1965. E, no dia 19 de março deste ano, anunciou que se candidataria à presidência dos Estados Unidos.

Nos três anos em que esteve no Senado Federal, manteve-se ao lado dos democratas liberais nas maiores questões. Teve atuação relevante nos debates dos programas contra a pobreza, para os quais reinvidicou maiores verbas. Lutou por melhores programas federais e privad-

melhorar as condições das fa-
mílias, recomendando melhores condi-
ções de habitação, maior número de
professores, e mais avançados progra-
mas de saúde. Apoiou frequentemente
atividades de interesse do movimen-
to estudantil. Dedicou grande parte da
atenção à juventude, procurando
prender entender-lhe os anseios e rea-
lizar-lhe as aspirações.

Em viagem, Robert F. Kennedy
chegou ao Brasil em novembro de 1965.
Foi a uma excursão que fez a vários
países latino-americanos. Seus obje-
tos consubstanciaram-se, quando de
retorno, numa de suas teses se-
riais mais ardentemente defen-
didas: a Ampliação da Aliança para
o progresso, pedindo reformas edu-
cacionais e agrárias na América La-
tina. Em discurso pronunciado no
Senado dos EUA, em 1966, afirmou
que: "Não poderá haver empregos
suficientes, habitação e segurança
econômica; não poderá haver escolas
para todas as crianças; não pode ha-
ver democracia, sem justiça, e
dignidade pessoal sem mudanças
fundamentais nos sistemas econô-
micos e políticos de cada país
latino-americano. No cerne da revo-
lução, sublinhando toda a esperança
progresso econômico e justiça so-
cial, estão dois grandes e persistentes
problemas — a educação e a reforma
agrária. Nenhuma soma de capital,
humana medida puramente econô-
mica pode trazer o progresso, a ma-
quina que cada nação dispunha de ele-
mentos com capacidade e adestramen-
to para fazer a obra de moderniza-
ção e mudança. Nenhuma economia
pode, também, ser construída dentro
de um sistema de produção agrícola
ineficiente e obsoleto.

Presidente, ao ouvirmos estas
palavras, em tudo o que elas re-
flectem de entendimento em profun-
didade do panorama latino-americano,
podemos bem compreender o
que o amigo que perdemos, perfilou
como a nossa situação, e elhoi-
la que alguns de nós. E um ins-
tante de luto para o Brasil e os de-
s países da América do Sul, esta
a em que, compungidos, nos ve-
mos fazendo o elogio fúnebre de um
homem que, apesar de estrangeiro,
foi tanto de sua vida e seus es-
forços em minorar nossos destinos e
redimir a Pátria brasileira!

E sua visita ao Brasil, tivemos
reconhecimento que nos calaram a
habilidade, pelo apreço que nos de-
stacou. "Por toda a parte, avisei-
mos e conversei com grupos de es-
tudentes — com vossos colegas de
vossas nações deste Hemisfério. E
espírito de fermentação e mudan-
ça de entusiasmo e interesse, um
clima tão antigo como o Continente
e tão moderno quanto a era em
vivemos. E um espírito necessá-
rio. Como se referiu, ao dirigir-se
estudantes na Universidade Ca-
ca, durante sua viagem de seis
semanas ao Brasil, em novembro de 1965.
Não podemos ficar em silêncio a
beira do nosso poder, apesar de
uma palavra poder expressar
amente a tristeza dos nossos sen-
timentos.

Presidente, com o desapareci-
mento do Senador Robert F. Kennedy
paga entre nós a maior esperança
liberdade nas relações principais
Estados Unidos com a América
Latina e o Brasil para um futuro
claro. Perdeu o Brasil a América
nas suas esperanças de poder com-
partilhar a sua subtrai à democracia um
seus maiores líderes mundiais.

lamentando-nos do infortúnio
sobre nós se abate, temos de tor-
na encerrar a dolorosa constatação
que quando se abre para a América
Latina as perspectivas de um novo
horizonte, novamente, com a fatali-
dade de um destino cruel, a violência
é o único inspirado no segregacionis-
mo e o extremismo político que, em
tanto ele combate, volta a ma-
nifestar-se e logra abater esse novo

líder que, oncontestavelmente tinha
o mesmo sangue e o espírito daquele
campeão da liberdade que foi o Pre-
sidente John Fitzgerald Kennedy.

Vivendo a dor que nesta hora me
atinge, e abala toda a Casa (solicito,
Senhor Presidente, que a Mesa do
Senado Federal do Brasil faça inserir
em seus Anais um Voto do mais sen-
tido pesar pelo passamento do Sen-
ador Robert F. Kennedy em tão
trágica circunstância, em endereço
em nome de todos nós, uma mensagem
de condolências a sua viúva e ao Se-
nador Norte-Americano. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra
o nobre Senador Mário Martins.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Não foi revisado pelo orador) — Se-
nador Presidente e Srs. Senadores há
discursos que a gente gostaria de
nunca ter que fazer. Este é um deles,
porque, quando se fala para pran-
tear um morto, a primeira idéia que
vem é aquela interrogação dos imor-
tais e trágicos versos da Indagação
— nunca mais, nunca mais! E a sen-
sação de quem se encontra diante de
quem não mais vive. Não mais ouvir
suas palavras, olhar o seu gesto, ter
os seus conselhos, ter a sua presença.
E aquilo que era a marca nos versos
do *nunca mais*, diante de quem tomba
nessa triste queda da vida, se ve
superado por uma interrogação que,
persistentemente, vem marcando to-
dos os espíritos neste momento. Subs-
tituindo o *nunca mais*, vem a inter-
rogação — por quê? Mas por quê são
assassinados os melhores homens da
atualidade, da nossa geração, aque-
les que se dedicam, de corpo e alma,
para o mundo se tornar melhor? Por
quê são sacrificados, pela violência,
aqueles que precisamente pregam im-
pugnação à violência, que querem que
cada homem seja, de fato, irmão do
seu semelhante?

E o que é doloroso que a esta inter-
rogação vem em seguida descrença,
a desesperança de que os homens,
que conseguiram se aperfeiçoar tanto
na tecnologia, não consigam manter
segura a sua posição no campo da
ordem moral, porque, à medida que a
inteligência mais se desenvolve, a
cultura mais se apura, só não encon-
tramos saída, só não encontramos so-
lução, só não encontramos ferramen-
tas para resolver pacificamente as
divergências, os antagonismos entre os
homens, entre as classes, entre os
povos.

Tais as interrogações dolorosas de
que tivemos notícia pelo informativo
da imprensa. Aquela viúva de pou-
cos anos, a viúva do Presidente Ken-
nedy, ao ter notícia da morte ou do
atentado contra o Senador Robert
Kennedy, as palavras de sua cunhada,
exclamou: "Mas como? Isto não pode
acontecer outra vez!"

Mas aconteceu. Esta repetição
quase monótona do crime organizado
é em série — "Por quê?" Para res-
ponder à indagação que está na cons-
ciência de todos nós: "Por que são
assassinados os melhores?" Justamente
porque eles estavam enfrentando má-
quina poderosa, a máquina da opres-
são, a máquina da tirania, a máquina
da injustiça. E diante dessa situação
vê-se que o mundo fica numa orfan-
dade ainda maior, porque justamente
os líderes que defendiam os direitos
dos negros, que se preocupavam com
os problemas da mocidade e que se
devotavam à causa dos desfavoreci-
dos da fortuna, vão sendo eliminados
como se estivessem sob o dente
de uma máquina sem alma. Para que
o caminho continue livre aqueles que
exploram os indefesos, são "eliminados"
aqueles que acreditam na força da
palavra e jamais recorrem ao em-
prego da violência para solucionar os
conflitos da Humanidade.

Um ano após a morte do Presidente
Kennedy, um grupo de brasileiros,
jovens estudantes, estando nos Esta-

dos Unidos, foi recebido pelo Sena-
dor Kennedy em sua residência. E,
no desenvolver da palestra, naquele
tom informal tão próprio do homem
norte-americano e, particularmente,
dos membros da família Kennedy,
quando todos já se encontravam à
vontade, sentados pelo tapete, há
uma indagação em torno da morte,
ocorrida um ano antes, do Presidente
Kennedy, dos mistérios que a envol-
veram. E foi neste momento, a este
grupo do qual fazia parte um dos
meus filhos, que ele respondeu: "A
verdade sobre a morte do meu irmão
não poderá aparecer tão cedo, porque
ela poderá ocasionar a guerra civil
nesta Nação."

Recordo-me dessa frase, que a mim
foi trazida. E quando observamos a
coincidência no momento exato em
que se definia a posição da candida-
tura do Robert Kennedy, sendo todo
o sentido de uma vitória e, conse-
quentemente, num futuro não muito
remoto, do surgimento da verdade, é
nesta hora em que este homem que,
durante muito tempo curtiu em si-
lêncio a luta pela verdade, pela re-
velação do crime cometido contra a
sua pátria e contra a sua família, na
pessoa do seu irmão, neste momento,
mistericamente, de uma maneira
quase idêntica, é o Senador Kennedy
abatido.

Coincidência? Simples coincidência?
Ou, na verdade, essa máquina, que
não procura conter os seus impetos,
as suas ações homicidas tem, nova-
mente, dado mais um passo para evi-
tar a revelação, para impedir que os
Estados Unidos viessem a ter um
Presidente que revelasse a verdade,
mais do que isso, reformasse a pre-
gação de John Kennedy? Por quê? In-
dagamos!

Por que no outro crime foram bus-
car um traslucado aparentando um
líder comunista. Agora, não podendo
lançar mão do mesmo pretexto, surge
um outro que se faz do fanático, de
um outro setor, de outra guerra, no
caso do Oriente Próximo.

Tudo isso, para nós que acompa-
nhamos à distância os acontecimen-
tos leva-nos à convicção de que não
é apenas o culto da violência, em
desenvolvimento naquela grande na-
ção, o responsável pelo ocorrido. Há
uma trama para impedir que os ne-
gros fiquem livres dentro da sua
terra, dentro da própria pátria; que
os negros possam ser ouvidos no tom
de igualdade; e os pobres, os humi-
lides tenham um lugar ao sol e não
fiquem à mercê das migalhas daque-
les que exploram a humanidade.

Quando o Senador Robert Kennedy
passou pelo Brasil, de suas impres-
sões deixadas no seu recente livro "O
Desafio da América Latina" após
focalizar suas observações sobre os
demais países do Continente, refe-
riu-se particularmente ao Brasil. De-
pois de uma análise política feita com
coragem, ele abre a sua alma, sem
querer interferir nos problemas bra-
sileiros, para mostrar aquilo que o
havia sensibilizado. Foi, diz ele, o
fato de a revolução que veio com ob-
jetivos respeitáveis, fazer a recupera-
ção financeira do País, estava se
deixando levar pela indiferença
diante do crime.

No seu relato, o Senador Robert
Kennedy aponta jovens presos nos
carceres brasileiros, sacrificados. E
ele dava o seu testemunho de pro-
feto, sem, todavia, querer interferir
na vida brasileira. Isto o sensibiliza-
vara, a injustiça, a fúria o crime
daquelas que não compreendem os
mocinhos e contra eles se voltam, como
se fossem eles candidos. Faz o seu
registro. E ao chegar aos Estados
Unidos, na sua primeira entrevista,
qual foi a declaração mais veemente
em relação ao Brasil — o país do
futuro? Foi o seu depoimento a pro-
pósito dos salários no Nordeste, de-
poimento que, após uma investigação,
concluiu que muitos homens, muitos
jovens ganhavam pouco mais de dois

dólares por semana; depoimento que
justifica, de como poderemos querer
interferir na vida desses países, se
não vamos ao encontro deles, para
levar aos que trabalham, sobretudo
aos jovens trabalhadores, uma situa-
ção de maior segurança, de maior
respeito!

Dizia Robert Kennedy que, com a
indiferença do governo norte-ameri-
cano para os problemas da América
Latina — conforme observamos pessoal-
mente no Nordeste do Brasil — esta-
mos abrindo as portas para os movi-
mentos fanáticos, para os movimen-
tos extremistas da esquerda e da di-
reita, porque aqueles que não têm
condição de receber um pagamento
justo por um justo trabalho têm o
direito de caminhar para o desespero.

Era esse jovem, bem nascido, vi-
vendo uma situação financeira das
mais brilhantes, num país rico como
os Estados Unidos, como que tivesse
bebido do mesmo leite de bondade
de seu irmão, demonstrava sua pre-
ocupação por aqueles que trabalham e
que não têm uma remuneração justa,
por aqueles que querem protestar e
são sublocados pela violência, por
aqueles que, por nascerem negros,
são repelidos pela sociedade dentro
de sua própria Pátria.

Parceira incrível, Sr. Presidente, que
na época atual aqueles cavaleiros,
aqueles líderes, aqueles campeões que
lutam sustentando esses estardartes,
só encontrem, para afastá-los do ca-
minho, a violência, é porque a cons-
ciência universal já os consagrava,
consagrando as suas causas, com eles
se identificando, se irmanando e co-
mungando!

E' trágico, é trágico, é terrível! E
tais coisas se sucedem por repetição
quase monótona. Tudo isto demons-
tra que estamos às vésperas dos gran-
des acontecimentos; tem, primeiro,
que haver uma safra de mártires. Um
deles chamado John Kennedy, outro
Robert Kennedy, outro Luther King.
O fato é que os que pregam a paz a
confraternização entre os homens que
pregam uma melhor distribuição de
justiça foram marcados pelo destino,
para que deem à sua palavra algo
mais forte do que uma simples resso-
nância, do que uma simples voz ou
mesmo gestos perdidos a pontilhar as
suas orações. A necessidade de dar o
seu sangue, como aquele que, há 2
mil anos fazendo pregações que re-
formavam a face da humanidade,
chegar à conclusão de que teria que
dar também o seu sangue, para que
nóles comungando, pudesse a Huma-
nidade ter a compreensão de que vale
muito mais a bondade do que a vio-
lência.

Nós brasileiros, como de resto toda
a Humanidade, e mais particularmen-
te a América Latina, sentimos como
que uma perda muito íntima. Parti-
cipávamos dessa esperança vendo que
os Estados Unidos poderiam se reju-
venecer na pessoa desse jovem líder
que seria o prosseguidor da campa-
nha de seu irmão que deu algo novo
dentro da América, conseguindo er-
guer este sentido, esta luz de espe-
rança para os povos subdesenvolvi-
dos.

Não sabemos quem vai recuar, que
recuo haverá em consequência desse
atentado. Chegamos ao ponto de ter-
mos de dividir as nossas orações, em
favor desta nação rica que é os Esta-
dos Unidos, que agora sente não ape-
nas o perigo, mas o princípio de que-
da que pode levar de roldão, uma ci-
vilização, que era e é um tesouro para
a Humanidade nos dias atuais.

Este assassinato, precisamente as
vésperas do verão quando todos os
Estados Unidos viviam preocupados
com a possibilidade, quase certa de
haver novamente grandes conflitos
raciais, que sacudiriam aquela Nação,
fazendo estremecer nos alicerces
aquela Democracia. E se não bastas-
se a causa até então, vem agora esta

da mais, retumbante, no momento que a Nação está perplexa, em expectativa, de novas explosões dos conflitos raciais. E neste momento aparece um irresponsável e ajuntar uma vida que vale mais do que milhões de vidas para aqueles cuja a dessa dependiam. Não pode ser a simples coincidência. Não pode ser obra da fatalidade. Não pode ser a arte diabólica de poder estranho e viesse de um momento para outro, sacudir de tal forma a Humanidade, e sacudir tão diretamente aquela grande Nação.

Não se trata, a meu ver, de um íbuto a ser pago por quem teria, como Nação, cometido este ou aquele erro, este ou aquele excesso. O que é, de fato, é que estamos numa enzuilhada, diante de um crime organizado, que pode não ter sido feito na revisão de atingir determinado homem, mas que, inevitavelmente, implica no desenvolvimento do culto da violência, no desenvolvimento desta política de terror, no desenvolvimento desta política que não respeita direitos alheios, que não respeita a soberania de outros povos, que não respeita a liberdade das nações humildes, política que vem crescendo e acaba germinando estas florações malditas dos atentados individuais, quase amparados, escudados, orientados por uma inteligência que fica à sombra.

Sr. Presidente, não era o momento para que, cada um de nós, viesse aqui para lembrar, em palavras de condenação, aqueles que contribuíram com a sua pedra para que houvesse um resultado dessa ordem, mas o momento em que nós estamos dominados em esperança, em que não temos dentro de nós a mesma flama, sobretudo os países da América Latina. Sabíamos que a vitória de Robert Kennedy, conforme sua pregação no Senado e fora dele, seria o início de uma política no sentido de não mais permitir que os Estados Unidos entrassem em aventuras políticas na América Latina para amparar ditaduras militares, para levar apoio militar ou financeiro a governos improvisados fora das urnas. E é nesse momento, quando o Senado americano, por influência de Robert Kennedy, Fulbright e MacArthur desenvolve uma política de não se consentir mais acordos bilaterais entre os Estados Unidos e países da América Latina, mas apenas acordos multilaterais — pois diziam eles que os acordos bilaterais só favoreceriam o desenvolvimento do militarismo na América Latina e não era justo que os Estados Unidos ficassem responsáveis pela instauração de dinastias militares truculentas no Continente. — é neste momento, quando tínhamos a certeza de que com a vitória de Robert Kennedy, a América Latina passaria a ser mais autêntica, seria mais livre, é neste momento que vemos desabar as nossas esperanças, pelo menos as esperanças mais próximas, diante de crime tão hediondo e terrível que não há palavra com força bastante para condená-lo.

Levo, em nome, — estou convencido, — de todos os pretos de nosso País, de todos os negros de nosso País, de todos aqueles que cultivam a inteligência em nosso País, de todos aqueles que não têm voz nem presença, por sua condição de miserabilidade, em nosso País, a palavra compartilhada de quem se sentiu mutilado dentro de si, certo de que há de continuar a interrogar, por que aqueles que nos defendem, que se preocupam com os desvalidos são, precisamente, aqueles que são assassinados, por um grupo que continua sempre impune, sempre próspero e sempre indiferente à causa dos jovens, à causa dos miseráveis. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra Sr. Senador José Ermirio.

O SR. JOSÉ ERMIRIO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, hoje, em todos os parlamentos e em todos os gabinetes executivos do mundo, ressoa um lamento profundo, amargo, pela morte de Robert Kennedy.

Arrastado à convivência humana pela violência em seu sintoma mais selvagem, Bob Kennedy representava um brado de protesto e o vislumbre da esperança para condução errata, destinada a pôr fim à insensata beligerância que ensanguenta os lares.

Os seus contemporâneos, em todos os continentes, perderam uma liderança legítima capaz de adaptar as normas universais de convivência a um status de fraternidade, intercâmbio, tomismo e trabalho.

Mais que todos, perdeu a mocidade. Era ele o mentor dos jovens, a esperança da verdadeira geração que desponta na sociedade do mundo. Era um exemplo de dedicação aos sérios problemas em condição de guiar todos os moços, notadamente a indefinida gama dos exóticos que não tendo condição de articular a revolução pela inteligência, a configuram na excentricidade exterior dos hábitos ou a raves de apelos à desordem e anarquia.

Bob Kennedy há de ficar, não apenas como uma mensagem de esforço contra os violadores do estatuto da paz, mas, principalmente, como uma grande esperança que tomou cêdo sobre a terra quente de sofrimentos e ansiedade, de cujo seio não de renascer outras lutas para salvação do mundo.

Os Estados Unidos perdem mais uma oportunidade de deslumbrar a curto prazo um novo futuro e nós, de outras latitudes e longitudes, perdemos um irmão que falava o idioma da paz e do amor.

O futuro crepe que envolve a fraternidade continental desce pesadamente sobre a América Latina. Falava ele a nossa linguagem.

Era um profundo conhecedor dos nossos problemas e, como o seu saudoso irmão, o Presidente Kennedy, destinava aos latino-americanos esplanada e generosas reservas de bondade e apreço.

Hoje, por tudo isso, é um dia de autêntica tristeza para os sentimentos empenhados na construção de um mundo novo. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, ao ler os jornais de hoje, na ansia e na busca de notícias a respeito dessa tragédia que abalou o mundo, deparei com um artigo que me surpreendeu, sob a epígrafe: "Quem tem medo de Robert Kennedy?"

Pego permissão ao Senado para ler esse artigo:

(Lendo)

Ao mesmo tempo que a poderosa máquina de propaganda do "trust" se esboçava por pagar as probabilidades eleitorais do senador Robert Kennedy, outro tentáculo desse mesmo "trust" planejava seu assassinato. E inútil tentarem responsabilizar um pobre diabo, pois a culpa maior pertence, ninguém pode duvidar, aos interesses escusos que seriam contrários com a eleição do jovem líder e à estrutura velha e carcomida que seria fustigada e perturbada sem trégua durante o seu quinquênio.

Para os homens do complexo industrial militar Kennedy é um fantasma apavorante, prestes a se lançar contra o seu império de corrupção e terror.

Para os tradicionais exploradores da América Latina, da Euro-

pa, da Ásia, da África, Kennedy representa um inimigo indomável, disposto a lutar às últimas consequências seus ideais de desenvolvimento e liberdade.

Para os racistas, que se beneficiam da situação marginal dos negros na sociedade e na economia americana, Kennedy surge como um bárbaro, intruso e tolo, romando contra essa enchente secular de ódio e vingança.

Para o Poder Decrépito, Kennedy traz o esigma imperdoável de compreender e amar os jovens. Animal, por que mudar se uma astuta minoria está feliz, contemplando tamanha miséria e desalento lá de cima dos seus privilégios desumanos e anticristãos?

O mundo vive um dos seus momentos mais brilhantes. Soa a hora da mudança, do desconforto consciente, da revolta necessária, da evolução inevitável... Os negros lutam, a França desperta, a Itália se agita, a Jugoslávia espera, a Tchecoslováquia treme, a Espanha resiste, o Brasil reage.

A esta hora não sabemos ainda se Bob Kennedy sobreviverá. Sua campanha estava irresistível e nenhum outro candidato poderia vencer o seu apelo. Se a medicina conseguir prestar mais este serviço à humanidade, os Estados Unidos terão um grande presidente. Em todo caso, nação ou ninguém impedirá que a juventude opere as transformações necessárias ao mundo inteiro.

A omissão é, agora, o pior dos crimes, pois contribui para a manutenção de sistemas e homens injustos. Solidariedade com o povo americano e com o bravo senador Robert Kennedy, a juventude brasileira, que não, calou nunca, não poderia fazê-lo agora.

Quêremos a paz pregada por Kennedy, não uma série de guerras estúpidas que beneficiam somente a uma notória meia dúzia.

Precisamos do diálogo ativo a que se propõe Bob Kennedy, nunca de prepotência e suborno. Almejamos construir nosso futuro nas bases justas e humanas que são a tônica da plataforma de Kennedy, jamais esta desigualdade gritante que ora contemplamos.

Esperamos um mundo sem ódio, sem fome, sem desânimo como aquele que Kennedy defende no "Destino Lado Americano".

Necessitamos da liberdade pela qual Kennedy tanto se expõe e haveremos de obtê-la a todo preço. A liberdade de comer, estudar e viver dignamente.

Se recardarmos, estaremos traindo o povo, pois é o seu suor que mantém as universidades, onde estudamos. A luta deste grande comandante não será interrompida, haja o que houver.

A violência contra John Kennedy, Martin Luther King e Robert Kennedy prova que estamos vencendo. É o desespero irracional e covarde dos que se julgam donos do mundo.

Acompanharemos, ansiosamente, daqui do Brasil, todas as notícias filtradas dos Estados Unidos, torcendo por mais essa vitória de Bob Kennedy.

Parabéns senador e felicidades, porque o mundo precisa muito de você.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta hora de desconforto entre gerações, neste momento em que os jovens já não nos entendem mais, já não nos compreendem, já não toleram até a moderação transformadora de alguns, nesta hora em que a

mocidade se agita, em todo o mundo, buscando transformações, buscando melhoria de condições sociais; nesta hora, em que há esse divórcio entre as gerações, tenho orgulho de dizer que fui surpreendido, hoje, com esse artigo do meu filho, Arthur Virgílio Neto, publicado no jornal "Tribuna da Imprensa" da Guanabara.

Vejo, aqui, um encontro de duas gerações, na adção, na defesa dos mesmos princípios, das mesmas ideias, na mesma vocação libertária e inconformada.

Inegavelmente, Sr. Presidente, esse fato estarecedor, que, talvez, represente o declínio de uma grande nação que, talvez, seja assim a sequência de acontecimentos que vão determinar esse declínio, esse fato estarecedor, repito, que abalou um jovem para escrever dessa forma, abalou a mim também, para pensar como estou pensando.

É o egoísmo de uns poucos, que não desejam a evolução, que não querem as transformações; é o egoísmo antirracista e antihumano, de uma minoria que, na muito, explora o mundo, nos Estados Unidos do Brasil ou em qualquer parte, e não quer ceder os seus privilégios, não quer abdicar as suas regalias, não quer reconhecer a miséria que está em torno dela e pretende manter as nações vivendo nessa desigualdade gritante — uns poucos usufruindo tudo, explorando o trabalho da maioria, enquanto esta sofre o desespero de suas carências, de suas necessidades, de sua ignorância, de suas doenças, de sua fome.

O Sr. Edmundo Levi — Permite-me um aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com muito prazer!

O Sr. Edmundo Levi — Nobre Senador Arthur Virgílio, o artigo que V. Exa. acaba de ler, de autoria de seu inteligente filho, traz-nos, em meio à dor e à tristeza causada pela morte de Robert Kennedy, uma alegria — a alegria de vermos e de sabermos que um moço compreende as razões que ditaram a conduta daquele estadista americano na luta pela emancipação dos que sofrem, dos que têm fome e sede de Justiça. Ao mesmo tempo, eminente Senador, dá-nos a todos a certeza que há um encontro de gerações nesse aparente desentendimento porque a linguagem do seu ilustre filho revela esses anseios e esse sentimento que os homens mais representativos nesta País, nesta como na outra Casa, do Congresso, na imprensa, como na cátedra, manifestam para a obtenção para a consecução de um mundo melhor em que não haja tanta injustiça, não haja tanta miséria, não haja tanta prepotência. A linguagem da juventude, portanto, é talvez mais cheia de entusiasmo, mas reproduz aquela luta secular, que homens de espírito extraordinário têm desenvolvido, nessa marcha constante da humanidade em busca das liberdades. Assim, nobre Senador Arthur Virgílio dou-lhe parabéns pelo brilhante artigo de seu filho. Quero, também, manifestar satisfação por ver que nós, embora pertençamos a outra geração, não fazíamos uma linguagem tão distanciada daquela que os jovens que sentem o drama do mundo, falam atualmente. O artigo de seu brilhante filho revela esse sentimento que todos os grandes campeões das liberdades humanas têm adotado e ensinado ao mundo. E se amanhã o seu filho tiver de sucedê-lo na carreira que V. Exa. tão brilhantemente desempenha, tenho certeza de que o fará honrando o seu nome e engrandecendo o nome do

do em que nasceu e, ainda mais, a vida que nos é comum.

SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Desaparecido, Senador Edmundo Leão, pelo aparte que exalta o discurso que eu estou proferindo.

Antes tenha sido assim um orgulho de pai, mas a surpresa — na perplexidade em encontrar, no traumatismo de estar vivendo, juntamente com a Nação brasileira, com todo o mundo — me deu uma satisfação extraordinária de ver que um garoto que mal está chegando para a vida, tem em si e na consciência estes princípios e proclama-os com coragem, com nobreza e, até, com audácia.

A satisfação de um homem da sua idade e que vê um rapaz, um jovem, um garoto que cobra, que pode estudar, que pode viver, que tem os elementos para o tratamento de sua saúde nas mãos, esse jovem não foi afetado pelo egoísmo e sente que há uma féle milhões de outros moços que não vivem as mesmas condições de assistência social.

É em verdade uma satisfação ver que há isto na mocidade, moços poderiam estar apenas, sendo em divertimentos ou em tirar bagas das posições políticas de seus pais, e não o fazem — como é o caso, por exemplo do jovem Wladimir Pereira, filho do Senador Rui Pimenta, e que a qualquer momento será varado pelas balas da Polícia desta polícia transmontana em uma pretensão dos privilégios da Nação, desta polícia que já matou um jovem na Guanabara e outro em São Paulo, desta polícia que representa a manutenção das condições infra-humanas em que vive esta Nação.

Este jovem, que poderia aproveitar a situação política de seu pai para obter favores, está aí se arriscando, não por ele mas pelos outros, não tem o que ele destrói, a vida, a ser preso, privado da liberdade, mas sem cessar de resistir. É o caso do jovem filho do Deputado Dnir Mendes, também da ARENA, que se encontra preso em Minas Gerais, nessa Auditoria Juiz de Fora que foi transformada em uma prisão brasileira, onde há uma total obscurantismo e toda a vida desta País, numa Juiz de Fora condenada a 28 anos de prisão. Um jovem que fez uma greve, mas abate o latifundiário que assassinou, miseravelmente um lavrador. Esse jovem que se encontra privado das suas liberdades, pois está se beneficiando da posição política de seu pai, pleiteando a sua vida, tendo uma vida tranquila. Mas o faz. Está numa luta que é medida do que dessa multidão de jovens aos quais esta Nação sequer a possibilidade de estudar, aos quais esta Nação despreza, cujo corpo é colocado de lado, desses milhões de brasileiros que poderiam ser aproveitados, mas cuja colaboração a própria Nação, pelas suas instituições retrógradas, envelhadas e ultrapassadas, não permite.

Há uma satisfação que é esta de se verificar que essa mocidade não recua e não cessa. Prendem hoje, como estão prendendo no Brasil, esbordoam outro americano, estão esbordoando no Brasil, mas a reação não cessa.

Esses jovens, enquanto aqueles que prendem esbordoam vão ingressar registrados na História com massadores das liberdades públicas. Quanto esses que se julgam os heróis, porque dispõem da reação esmagar as liberdades, entrarão na História — esses jovens viam hoje da prepotência, vítimas da violência, entrarão na História, exaltados, como transformadores, os reformadores e, ninguém os

deterá, nem a bala assassina que tirou da vida americana John Kennedy, esse transformador que se pode equiparar ao nosso Joaquim Nabuco. O homem pertencente a uma classe, que se opôs aos privilégios dessa classe. O homem de riqueza esmagando a paz, esmagando a miséria e que, por isso, caiu em Dallas.

Martin Luther King, um negro ilustre, consagrado pelo Prêmio Nobel da paz, que defendia os seus direitos, não pregando a desunião, mas a integração, que queria uma pátria não desunida pelo ódio, em decorrência de diferença de epiderme, mas, uma pátria unida por aqueles que nasceram sob o seu signo, cal, judeu, vítima de outra bala assassina.

E, agora, cai aquele que representava uma esperança não apenas para os Estados Unidos da América mas era uma esperança para o mundo, era uma esperança para todos esses povos desejosos de conquistar um lugar que lhes dá direito de fornecer aqueles que vivem sob sua jurisdição a mínima condição de vida decente e digna — cai também, quando seu nome se projetava e já era quase uma afirmação de vitória na campanha presidencial dos Estados Unidos.

Mas eu creio que esses sacrifícios não serão em vão. O mundo não poderá continuar vivendo essa situação insólita de uns poucos explorando o trabalho da maioria; o mundo não poderá continuar, quer no Brasil, quer nos Estados Unidos, quer em qualquer parte, com essa violência de injustiça social a chamar por reparações, por modificações. Cai Bob Kennedy mas continuará o Senador Mac Carthy, surgirão outros que não aceitarão essa política proclamada oficialmente pelos Estados Unidos, que não aceitam e nem admitem, com uma perigosa para a estabilidade do que chamam a dinâmica civilização americana, não admitindo a integração em proclamar isto para o mundo, para este mundo sacudido da América Latina, para este mundo sacudido da Ásia, para este mundo que ainda não se refez dos efeitos da guerra na Europa, mas que permanecerá assim porque a chamada ordem dinâmica norte-americana não pode viver fora de um estado de guerra.

Surgirão homens como Bob Kennedy, que não aceitarão essa doutrina, que não admitirão mais aquela situação dominada pela diferença epistêmica, que não conceberão mais que grupos econômicos que dominam as finanças daquele país, que exploram o trabalho da maioria dos americanos, que estendem seus tentáculos pelo mundo continuam a tripudiar sobre o direito de seus concidadãos e de todos os povos de terem uma vida livre e decente.

Caiu Bob Kennedy hoje, mas surgirão outros Bobs Kennedys, que não darão apoio a um bandido como esse Duvalier — Papa-Doc, do Haiti, a explorar a miséria do povo.

Cairão outros Bob Kennedys, mas surgirão outros que não darão, também, apoio a outros bandidos que dominam a pequena República da Nicarágua, a assassinar, a matar, cujo Exército, ainda há pouco, lançou um jovem num vulcão para esconder um crime dos mais hediondos, ali, praticados.

Continuará, Sr. Presidente, nos Estados Unidos, a existência da Ku-Klux-Klan. Continuará a atuar aquelas outras organizações nazistas de extrema direita, a espalhar o terror, a liquidar os homens bons daquele País. Mas outros homens bons não de surgir. E esses homens bons, afinal, não de vencer, não de ultrapassar aquela mentalidade estúpida e terrível, que, até hoje, tem vigorado, para que essa grande Nação hoje humilhada, pela vergonha, perante o mundo; para que essa grande Nação possa, afinal, merecer o respeito dos outros povos.

Sr. Presidente, sincera e verdadeiramente traumatizado, em estado de perplexidade, como se o assassinado fosse um brasileiro ilustre e eminente, a quem eu dedicasse a mais profunda admiração, trago estas palavras de pesar, de condenação, de luto, numa homenagem simples que, neste a esse jovem Senador, tomou no auge de sua carreira, por uma conspiração, que poderá ser negada, mas que, de fato, existe: a conspiração do ódio, a conspiração do privilégio, a conspiração contra o progresso, a conspiração daqueles homens sem sensibilidade, sem alma, sem coração.

Trago a minha homenagem de pesar, de luto, de dor, de sentimento pela brutalidade que privou a Nação americana do concurso dessa inteligência moça, vibrátil, progressista, humana, sensível, colocando o mundo diante de uma grande interrogação: até quando serão os Estados Unidos, essa grande potência industrial e militar, e até quando serão os Estados Unidos o maior exemplo de brutalidade a oferecer para os outros povos? (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Alvaro Catão.

O SR. ALVARO CATÃO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente e Senhores Senadores: ainda ontem desta mesma tribuna externava eu minha repulsa, minha revolta pelo brutal atentado contra a vida de um jovem e promissor político norte-americano, o Senador Robert Kennedy.

Resseñava como a Família Kennedy tem sido marcada pela fatalidade atingida pela violência e pela traição. O primeiro dos irmãos Kennedy, Joseph morreu na Segunda Guerra Mundial em defesa dos princípios dos ideais e dos compromissos assumidos pelo seu país na luta contra o totalitarismo nazifascista que então ameaçava a tudo engolir, destruindo o mundo livre e o regime democráticos.

Era aquele que seu pai o antigo combatador dos Estados Unidos na Itália, Joseph Kennedy, desejava preparar e encaminhar para a política, para a vida pública.

Desaparecido Joseph Kennedy Júnior, o velho Senador voltou suas vistas para o segundo filho, John Kennedy. Este teve heróica participação na mesma guerra, de que o nosso país também participou, quando em operações navais no Pacífico seu barco de patrulha foi atingido e ele, mesmo seriamente ferido conseguiu salvar-se e a vários companheiros seus, pelo que foi depois condecorado.

Depois de recuperado fisicamente ainda que obrigado a usar permanentemente colete para minorar suas dores nas costas iniciou ele fulgurante carreira política.

Deputado, Senador e em seguida Presidente da República dos Estados Unidos da América.

Tendo herdado problemas sérios principalmente no âmbito internacional, conseguiu aos poucos melhorar as relações entre os países em diversidade ideológica, conseguindo inclusive através do famoso telefone direto estabelecer íntimo e proveitoso diálogo com o então Chefe do Governo Russo, Nikita Kruchev.

Compreendeu o alcance e a necessidade da ajuda americana aos países em luta contra o subdesenvolvimento e criou a Aliança para o Progresso, que se inspirou em grande parte na Oneração Pan-Americana. Criou o Peace Corps.

Como todos ainda nos recordamos e não tristemente foi com cerca de três anos de exercício de seu mandato, com mais um ano para completá-lo e ainda, através da provável e tradicional reeleição, com outro mandato pela frente, barbaramente trucidado em Dallas — Texas pelos ti-

ros de uma carabina munida de lente telescópica, empunhada por um maníaco Lee Harvey Oswald, num episódio ainda não de todo esclarecido em que pesem as conclusões da Comissão Warren.

Agora é o terceiro Kennedy que é abatido traiçoeira, vil e incompreensivelmente pelo ódio que infelizmente ainda habita certos corações humanos.

Jovem ainda, embora experimentado na vida pública eis que foi o Ministro da Justiça de seu irmão Presidente, além de ter sido o coordenador de sua campanha à Presidência, viajado, já tendo inclusive estado na América Latina e em nosso país, onde fez conferências em várias universidades estabelecendo vivo e franco diálogo com os nossos estudantes, chefe de família exemplar, pai de 10 filhos, era bem um exemplo e uma inspiração para o chamado Poder Jovem de que hoje tanto se fala.

Eleito, depois da morte do Presidente Kennedy, Senador pelo Estado de Nova York, estava em plena e gloriosa caminhada política. Demonstrando seu conhecimento e suas preocupações pelos problemas políticos, econômicos e sociais do nosso continente mundo de hoje, fez vários e importantes pronunciamentos no Senado americano e escreveu vários livros entre os quais o "Desafio da América Latina" que trata mais especialmente dos problemas do nosso Continente.

Dentro da sistemática eleitoral dos Estados Unidos disputava ele como candidato a candidato pelo Partido Democrata as eleições primárias nos diversos Estados da Federação americana a fim de tentar assegurar o apoio dos remanescentes deleçados a Convenção do Partido a seu candidato e que indicaria seu candidato a Presidência dos Estados Unidos.

Ontem ao comemorar com os seus seguidores magnífica vitória ao receber manifestação favorável entre seus contemporâneos do colégio do Estado da Califórnia, foi gravemente atingido e gerou das estirpes de uma brilhante estirpe de heróis, vítimas do Hospital Bom Samaritano de Los Angeles que o submeteram a longa e dolorida intervenção, veio a falecer na madrugada de hoje.

Desfazem-se assim inteiramente as nossas esperanças ontem manifestadas desta tribuna, quando formulamos juntamente com a nossa indignação pelo brutal atentado os nossos votos realmente sinceros de que viesse ele a resistir e a recuperar-se.

Hoje devemos consignar a nossa consternação e o nosso profundo pesar pelo seu prematuro e injustificado desaparecimento.

Também ele, como antes Abraham Lincoln, Mac Kinley e seu irmão John Kennedy, é vítima do ódio da intolerância e da violência.

Ele que ainda há poucas semanas se destacava entre aquela multidão que compareceu ao enterramento do grande líder americano o Pastor negro Martin Luther King que pregava a integração racial e a igualdade de direitos juntamente com a doutrina do não-violência.

Também Robert Kennedy compar. tinha dessas idéias e dessa doutrina. Espírito jovem, liberal, estudioso e aberto, fulcrado por alguns até um pouco avançado, poderia como poucos assegurar o diálogo com a juventude de seu país e do mundo — este mundo mais jovem de hoje — bem insinuava e bem conduzia para levar a humanidade a dias melhores na sua luta contra as injustiças sociais e os enormes desequilíbrios que ainda hoje se verificam entre os países e entre os seus povos.

Estava ele perfeitamente afinado com a filosofia e o idário político de seu irmão Presidente em cuja elaboração e execução participou e da qual seria um legítimo sucessor e continuador, caso fosse indicado e eleito

nessa ou na próxima eleição presidencial.

No seu inigualado progresso material, educacional, científico, tecnológico e cultural os Estados Unidos têm ido paradoxalmente atingidos frequentemente por tragédias brutais como esta que agora tanto lamentamos.

Mas esse mesmo progresso acontece aos Estados Unidos os pesos nus de uma liderança do mundo livre — que o seu povo antes queria e pensava evitar encasulando-se num isolacionismo suicida.

Assim os grandes temas da atualidade, os choques ideológicos, as divergências e as lutas sociais e raciais não ampla e intensamente debatidas nos Estados Unidos, aproveitando o regime de liberdade de expressão, que em no Congresso e na imprensa seus grandes veículos.

Esse mesmo clima de liberdade assegurado aos cidadãos, em que a liberdade é ampla e livremente permitido raz em seu bojo o risco de acontecimentos lamentáveis como o que hoje contrastados assistimos.

E' o ônus da liderança e o preço da liberdade.

Mas quando desaparece um de seus filhos mais ilustres e mais queridos, como nos últimos anos e hoje assistimos mais se fortalece a seu regime democrático representativo e com mais nitidez se fixam os perfis e as idéias daqueles que se foram.

John F. Kennedy dizia que cada vez mais o nosso planeta se transformava num mundo pequeno e perigoso. É uma triste verdade que depois de sua morte é agora mais uma vez confirmada pela de seu próprio irmão.

Juntamos a nossa dor e o nosso profundo pesar a do valeroso povo americano e a família de Robert Kennedy, trágica e prematuramente desaparecida na defesa de seus ideais.

Sua memória e seu exemplo, porém, não morrerão para os que hoje estarecidos assistem o sacrifício de sua vida e para as futuras gerações.

Continuemos pois sem desfalecimento e sem desesperança e na proporcão das forças de cada um de nós esforçando-nos pelo bem comum e por um mundo melhor. Pelo aperfeiçoamento das relações entre os povos para mais fácil e rapidamente atingirmos os objetivos comuns de toda a Humanidade.

E nesse esforço lembremos o exemplo de Robert Kennedy. Elevemos hoje o nosso pensamento e uma prece ao Criador pelo descanso eterno de sua alma. *(Muito bem.)*

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, por delegação e por determinação do eminente Líder Daniel Krieger, venho juntar às manifestações que se fizeram ouvir, nesta Casa, as da ARENA, em solidariedade à homenagem ao grande vulto que esta madrugada desapareceu, vítima da onda de ódio, de sangue, de violência e de terror que assolou o mundo.

Penso, Sr. Presidente, que o acontecimento é de tal forma brutal, o episódio é de tal forma brutal, o episódio é de tal maneira confrangedor, a alma humana de tal maneira se abisma em luto, que não há palavras que possam exprimir o sentimento que a toda humanidade domina nesta hora crucial da civilização. Entendo, também, que é necessário, para que a dor não distorça o julgamento, é necessário fazer discriminações indispensáveis.

Desde logo, discriminar o atentado de ontem o fenômeno universal da onda de violência que se verifica em todos os quadrantes da terra; distinguir esta revolta profunda que brota da mocidade de quase todos os

continentes e de quase todos os países. Uma revolta que nós não podemos compreender ainda, porque, já homens maduros, não temos como penetrar no recôndito do espírito dos jovens que estão despertando para a vida. Mas, embora sem compreendê-los, cumpre que os respeitemos; cumpre, sobretudo, que nos rendamos à realidade; cumpre, sobretudo, nos rendamos à evidência de um fato irreversível: a mocidade, da década do sessenta, do Século XX é uma mocidade em revolta, é uma mocidade que não aceita mais nenhuma das formas conhecidas de organização social. Não aceita o estilo de vida e a civilização cristã ocidental como não aceita o estilo de vida e a civilização marxista da Europa do leste. É uma mocidade que se deixa matar nas ruas do Rio de Janeiro, como ainda há pouco citou o Senador Arthur Virgílio, e se deixa matar, em número maior na capital da Iugoslávia, como há três dias se verificou.

Louvado seja o Brasil, porque aqui, havendo morrido dois jovens, os olta milhões de brasileiros, em uníssono, sem discrepância de partido ou coloração política, levantaram-se tomados de indignação e de repúdio ao passo que, na capital da Iugoslávia, onde existe um regime socialista-comunista, foram trinta e oito os mortos pela violência da polícia, diante do protesto da juventude. Distingamos, portanto. Não nos percamos em confusões. Que a perplexidade do sofrimento, do luto desta hora não nos leve a juízos errôneos. Estamos diante de uma crise. E o mundo está em gestação para uma sociedade que há de vir mais cedo ou mais tarde, diversa de tudo aquilo que conhecemos e provavelmente — confiamos em Deus — melhor do que a que temos, porque a que temos inevitavelmente é uma sociedade marcada pela intolerância social, pelo desnível social, pelas profundas desventuras da grande maioria, em face dos excessos de luxo, de poder e de riqueza de uma minoria absolutamente superada e retrógrada.

Esse mundo em gestação há de surgir. E é possível que o sangue que hoje se derrama por todo o mundo, na Ásia, na África, na colossíssima Europa nos não menos colossais Estados Unidos, na América Latina, que esse sangue seja o fertilizante, seja a sementeira dos ideais que, amanhã, sob inspirações mais altas, se cristalizarão em formas sociais mais justas.

No episódio de ontem, dos Estados Unidos, porém, parece, pelas notícias que os jornais, hoje adiantam, ainda sem a segurança das investigações mais seguras, que não houve um episódio de revolta juvenil; houve antes, talvez, um episódio de fanatismo racial de ódio, de civilizações e de religiões.

De qualquer maneira mais uma vez, a História norte-americana tem uma página negra entre as que já conta no passado. E já disse, quando desta tribuna homenageei a memória de Martin Luther King, que os Estados Unidos constituem uma das sociedades mais heterogêneas, mais contraditórias, mais singulares que se pode conhecer. Ao invés da homogeneidade, da unidade que as velhas nações europeias apresentam, lá nos Estados Unidos o que se verifica é um policentrismo, uma profunda diversificação de costumes e de extratos sociais. E, ao lado de setores altamente ponderáveis que contam legiões ou mais de centenas de milhões de criaturas, com espírito liberal, avançado, progressista, também se encontram núcleos e resíduos de uma bestialidade reacionária como, talvez, em nenhum outro país se encontre. E essa bestialidade reacionária manifesta-se no ódio racial, no preconceito de superioridade, na preocupação da riqueza material, no desprezo às outras sociedades e às outras atividades humanas. Mas, profundo engano e grande injustiça cometerá

o observador que julgar serem os Estados Unidos marcados e definidos por essa minoria. São minorias aviltantes repudiadas pela maioria, consideradas pela maioria dos americanos como verdadeiras máculas, como verdadeiros cânceres enquistados nos tecidos nobres daquela grande nação.

Não é possível esquecer que os Estados Unidos, hoje em dia, são o país que apresentam maior percentagem de jovens que estudam.

Diz um grande livro de Servan Schreiber que, nos Estados Unidos, na classe etária entre 20 e 25 anos, há 44% frequentando universidade, enquanto que a nação mais evoluída da Europa só tem 23%.

É, portanto, aquela uma nação inteiramente dedicada ao estudo. À ciência, à pesquisa, ao cultivo do espírito, ao enobrecimento da mais alta expressão da cultura e da formação humana.

Apesar disso e não obstante isso, nela ainda se encontram as manifestações de maior violência, de maior ódio, de maior atrocidade, de uns contra os outros.

Para ficar apenas na História deste século, temos, na década dos vinte, os episódios dos "gangsters", um capítulo negro de violência e de crime indiscriminado; e, na década dos sessenta, esta nova onda de violências, de crime e de sangue contra os negros.

Dentro desse contexto, a morte de Robert Kennedy é apenas mais um motivo de dor de profunda compunção, de profunda aflição, diante do drama que vivem os americanos do Norte.

Estamos lendo nos jornais de hoje que, desde o Presidente Johnson até o mais humilde americano, toda aquela Nação está mergulhada em vergonha, em tristeza, em desgosto, em tragédia.

Respeitemos, portanto, a Norte América, respeitemos os americanos. Tenhamos a certeza de que para eles — e eu o afirmo como homem que tem vivido, diversas vezes, na intimidade de famílias americanas — os grandes vultos, as grandes figuras são Franklin Delano Roosevelt, John Kennedy, Robert Kennedy, Eugene McCarthy, Nelson Rockefeller, precisamente as figuras que encarnam as aspirações do futuro, as figuras que se preocupam — e se preocupam profundamente — com o destino da humanidade como um todo, as figuras que, como aquela outra grande expressão da intelectualidade americana, que é John Galbraith, compreendem que a sociedade tem de ser quebrada naquilo que possui de odioso, de revoltante, pelas desigualdades e pela iniquidades, para que os ideais da revolução americana, como diz Toynbee venham a ser realizados.

A memória me vem em auxílio Toynbee pronunciou, há cerca de dez anos, nos Estados Unidos, uma conferência de um profundo sentido e um imenso alcance, demonstrando que a maior revolução que a história da humanidade registrou é a revolução americana. Porque foi na Norte-América que se criou a primeira Constituição democrática escrita; foi na Norte-América que criou a primeira Declaração de Direitos Humanos; foi na Norte-América que se cristalizaram os maiores princípios que no Século 20 vieram a ser realidade.

E Toynbee dizia que esse espírito da revolução americana estava entrando em declínio e se tornava imperioso e urgente que ele fosse retomado, pelas novas gerações que os Estados Unidos não considerassem a sua missão finda e passassem a olhar sobre os louros das conquistas materiais e dos progressos científicos mas que continuassem com o espírito dos pioneiros, que continuassem com o espírito inspirou e insuflou a grande revolução transformadora da humanidade.

Estou certo de que o sangue de John e de Robert Kennedy, como o de Luther King, dois brancos e um pre-

to, sangue vermelho e representando sentimentos irmãos, porque irmãos eles eram, por filhos de Deus, pelos sentimentos e pelas inspirações — os negros chamavam a Robert Kennedy a soul brother (um irmão de alma) — não será derramado em vão.

Tenhamos, portanto, a fé, a esperança e ergamos as nossas preces diante do opróbrio que hoje cobre de luto a Norte-América, ergamos a prece para que o sangue dos dois Kennedy, com o sangue de Luther King mantenham alto, enfunado, altivo e fluente o estandarte da revolução americana; revolução americana abrangendo não apenas os Estados Unidos da América do Norte, mas todo o Continente americano, do qual fazemos parte, revolução para a qual nós queremos e devemos concorrer, para que dê ao mundo dilacerado ao mundo torturado desta primeira metade do Século XX a civilização justa, cristã, democrática, livre que todos almejamos.

Esta será a maneira de homenagear o morto de ontem, como todas as vítimas e todos os mártires que a História registra em benefício dos ideais da Humanidade. *(Muito bem.)*

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Achilles Cruz.

O SR. ACHILES CRUZ:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, desde ontem a atenção do mundo está voltada para a Califórnia, Estado americano, situado na orla do Pacífico.

E' que lá se realizaram as prévias para os postulantes e aspirantes a candidatos à Presidência da República. Venceu Robert Kennedy e então, jubiloso, alegre, no Hotel Ambassador festejaram o grande acontecimento e, pela madrugada de ontem, um sicário, um tarado, um degenerado atingiu-o com três tiros na cabeça. Um perfurou a região mastoideana, penetrando na massa encefálica.

Transportado para o Hospital Bom Samaritano, verificaram logo os neurocirurgiões a extrema gravidade do caso, não deram esperanças nem de recuperação nem de restabelecimento. Vinte e quatro horas depois tombava Robert Kennedy.

A fatalidade e um fustigado aquela grande estirpe. Em 1946, o aviador Joseph Kennedy Junior, primogênito da estirpe, lutando contra um avião nazista, sucumbiu no Pacífico. Há cinco anos passado, deu-se a tragédia de Dallas, que conternou e abalou toda humanidade. E que outro degenerado atingiu o Presidente John Kennedy, que veio a falecer momentos depois. Era John Kennedy a esperança do mundo livre e até hoje sua morte é profundamente lamentada em todas as nações.

Mas, Sr. Presidente, a figura que estava mais ligada à América Latina, e quicá ao Brasil, era a de Robert Kennedy. Ele tinha livros sobre os problemas sul-americanos e esteve na nossa Pátria, em novembro de 1965, visitando o Estado de São Paulo, a Guanabara, Brasília e os Estados do Norte. A sua figura fascinante empolgou as massas e as calorosas manifestações que ele recebeu em nosso País, jamais desapareceram da sua retina.

Robert Kennedy bem sabia dos perigos que o cercam. No seu livro "Luto pelo Mundo Moderno", ele já previa as dificuldades que um homem da sua envergadura, com os seus princípios, teria que enfrentar.

Morreu Robert Kennedy. O seu corpo está inerte, está parado, mas as suas idéias não de germinar, não de frutificar, não de florescer para a felicidade da humanidade.

Sr. Presidente, antes de terminar, quero aqui citar uma frase de outro defensor da liberdade, que a pronunciei antes de tomar — refiro-me a

Roberto Badaró — "morre o homem, mas não morre a liberdade". (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Dylton Costa.

O SR. DYLTON COSTA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, diz Shakespeare que "o mal que os homens fazem vive depois deles; o bem, muitas vezes, enterra-se com os seus ossos" ("Júlio César", Atto II, Cena III). O mal que os homens fizeram ontem, Senhor Presidente, não de viver depois deles.

Sou um homem da geração de Robert Kennedy, e me orgulho disso. Este fato, no entanto, não me autoriza a falar dele. E não me autoriza, porque o patético de sua morte — como o de sua vida — tão brevemente contada, torna sem sentido as palavras, numa hora em que as palavras perderam o sentido e os sentidos não têm mais significação. Talvez por isso, Senhores Senadores, as novas gerações já não se exprimem em palavras, mas em gestos, que nem sempre são compreendidos.

A vida de Robert Kennedy é uma vida de gestos e uma vida de atos. E às vezes é preciso que, mesmo os atos, sejam patéticos para que se possam compreender. Penso, no entanto, que é mais na eloquência do silêncio, do que na das palavras, que o sentimento de sua morte deve ser externado. Acho, porém, que não é demais dizer, como o jovem poeta Evluchenko, a propósito do assassinato do dr. Martin Luther King, que a bala que atingiu o Senador Robert Kennedy, atingiu também a humanidade.

Não sei, Senhor Presidente, se o gesto de ontem violou os limites da "Nova Fronteira" desbravada pelos irmãos Kennedy, mas sei sim, que os limites de nossos próprios horizontes tornaram-se mais distantes.

Por isso, não hesito em dizer que ontem não foi um dia, mas uma noite. Mas não há noite, Senhor Presidente, que resista ao alvorecer inexorável da madrugada. E a morte de Robert Kennedy tem para nós o sentido dessa inexorabilidade, que há de trazer um novo dia.

Dele, que agora descansa em paz com o mundo, posso ainda afirmar que cumpriu o destino de sua própria fé, ao repetir com o Evangelho que "Deus não exige o sucesso, mas premia o esforço". (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Antônio Carlos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS:

(Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo em rápidas e modestas palavras, e bem verdade, mas povoadas dos mesmos sentimentos dos oradores que me antecederam na Tribuna, prestar uma homenagem a Robert Kennedy assassinado ontem, nos Estados Unidos da América.

Os oradores que transmitiram à Casa e à Nação o pesar do povo brasileiro abordaram sob os mais variados aspectos, o doloroso acontecimento que roubou à vida um dos mais esperançosos líderes democráticos da América do Norte e, por que não dizer, do nosso Continente.

Apreciações de ordem sociológica, política; comentários à sua biografia marcaram o sentimento da Casa face ao infausto lamentável e doloroso acontecimento.

Quero, Sr. Presidente, fazer um esforço para, na homenagem que presto à memória de Robert Kennedy, dizer um pouco dos mistérios que ele apresenta ao seu País e ao mundo mistérios só compreensíveis no contexto dos insondáveis desígnios da provi-

dência divina. Mistério de sacrifício, Sr. Presidente.

Robert Kennedy, de família poderosa sob o ponto de vista econômico, era o que se poderia chamar, no jargão da atualidade, um privilegiado. Formado em Harvard, um homem que pode realizar-se plenamente através de um casamento que lhe deu a fortuna de quase 11 filhos. Saudável, capaz, com todas as condições para ser, num ambiente restrito num mundo pequeno de seu lar, da sua cidade, dos seus negócios, dos seus interesses, um pequeno rei. Mas o mistério do sacrifício fez-lo apaixonado pelos grandes problemas da sua pátria, pelas grandes causas da Humanidade e, por isso, soube abandonar seu lar, sua campanha para a Presidência da república. As crônicas censuram a sua participação decisiva nos episódios que conduziram à grande vitória de John Kennedy na convenção do Partido Democrata em São Francisco da Califórnia.

Mais tarde esse mesmo mistério de vocação para o sacrifício, fez-o um Procurador-Geral, não só corajoso, nem mesmo apenas intrepido, heróico, na luta contra o gangsterismo, na luta contra o crime, na luta contra esse mecanismo infernal que tem trazido à América do Norte tantos e tantos males; mistério de sacrifício que fez-lo preservar no amor à vida pública e dispor os votos livres para o Senado, no Estado de Nova Iorque, depois do sacrifício de seu irmão; mistério que fez-lo aceitar disputar quatro das cinco eleições primárias preparatórias ao pleito geral de novembro deste ano, e que ao fim, fez-lo tomar o "hall" de um Hotel, em São Francisco, quando comemorava a antevista de um grande triunfo.

Sua morte, Sr. Presidente, leva-me a pensar também no mistério do martírio de sua família.

Quem, como eu, desce, participa e é homem público em função da luta dos exemplos de uma família de homens públicos, é muito sensível a este grande e insondável mistério da família de Kennedy, no quadro da comunidade americana: o velho pai fazendo fortuna, ganhando notoriedade, subindo os degraus da vida pública americana, para preparar uma equipe de homens capazes de ajudar a construção do "grande co-ssmo do Norte". O primeiro morreu num desastre aviatório durante a guerra; o segundo, no mesmo conflito, é ferido quase que fatalmente, vai à Presidência da República e é assassinado, quando se preparava para a reeleição; um outro também senador, pelo Estado de Massachusetts, sofre um desastre de avião que por pouco não lhe rouba a vida; e, finalmente, Robert Kennedy para consumir o mistério do sacrifício dessa família — que, tenho a certeza, é uma família política mas não é um grupo que faça política de família — Robert Kennedy é assassinado às vésperas de acontecimentos que certamente o levariam a prosseguir a tradição dos seus, a enobrecê-la e a continuar a grande obra de Humanidade de seu irmão John Fitzgerald Kennedy.

Por fim, Sr. Presidente, mistério da glória. E aí, não sei se é apropriadamente ou não sou levado a fazer uma comparação entre os destinos dos Kennedy e aquele outro, descrito, genialmente, por Thomas Mann, em "Os Buddenbrook" — a "Decadência de uma Família" — enquanto estes, no romance, foram descendo, lentamente, e se acabando sem ruído sem sacrifício e sem martírio a família Kennedy, Robert Kennedy chega à glória através de um fato que interrompe, ainda em plena mocidade sua vida, a sua ascensão e afasta, para a América e para serviços que ele poderia prestar à causa do seu País à causa do seu Continente e à causa da Humanidade.

Creio que, quando o mundo está todo voltado para os aspectos mate-

riais da vida, quando quase todos procuram descobrir todas as soluções, na técnica, na ciência, nas coisas palpáveis, os mistérios que envolvem o sacrifício de Robert Kennedy estão bem a indicar que existem realidades maiores e mais altas, sobre as quais a Humanidade, principalmente os homens públicos, devem meditar, para tirarem profundas lições dos mistérios de sacrifício martírio e glória que se sentem, que se vêem na morte de Robert Kennedy — a cuja memória presto, Sr. Presidente, com o Senado os minhas mais sentidas homenagens. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, quero lembrar todas as palavras que aqui foram pronunciadas, todas acenando a personalidades do exilado Senador Robert Kennedy. V. Exa. vai permitir — e eu o faço muito emocionado — que se preste uma homenagem excepcional, um minuto de prece, que nos e sistema brasileiro de se homenagear os mortos o Senado o repita mais uma vez. O discurso que eu quero fazer, portanto, Sr. Presidente, se consumará num requerimento — é cristalizado pelas palavras magníficas que acabaram de ser proferidas.

Pediria a V. Exa. que atendessem a minha proposição e todos nós, — os que estão no recinto e os que estão nas galerias e os que estejam ouvindo a irradiação deste debate — por um minuto permanecemos de pé, em ação, Sr. Presidente, à memória desse grande homem público. E que nunca prece imploremos ao Senhor que o exemplo de sua vida seja um farol a iluminar os caminhos da humanidade.

Requiro a V. Exa. que o Senado, por um minuto de silêncio homenageie o Senador Robert Kennedy.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Apesar da homenagem ora requerida pelo Senador Vasconcelos Torres não figurar entre as expressamente previstas no Regimento Interno, já há precedente de ter sido prestada nesta Casa. Assim vou submeter à deliberação do Senado o requerimento do Sr. Vasconcelos Torres.

Ao fazê-lo, a Mesa une-se às manifestações do Plenário.

Enquanto os ideais da liberdade do homem, de democracia e de justiça social encontrarem eco em corações americanos, a memória de Robert Kennedy viverá na consciência do seu povo.

E precisamente nos dias de hoje, quando o mundo inteiro é um campo de luta entre a escravidão e a liberdade, a sua figura há de crescer na admiração de quantos acreditam no valor eterno dos ideais que o levaram ao sacrifício.

O legado de Robert Kennedy, seu amor à paz, ao direito, à liberdade e à função da dignidade do homem segue inspirando-nos em nossa luta de todos os dias, no renascer constante das nossas esperanças, na afirmação de nossas convicções, na edificação do mundo que ele sonhou, pelo qual viveu e pelo qual se imolou.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do nobre Senador Vasconcelos Torres queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado. Convido os Srs. Senadores e a quantos se encontrarem no recinto do Senado a se, de pé, guardemos um minuto de silêncio em homenagem à memória de Robert Kennedy.

E' prestada a homenagem.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guilomard
Oscar Passos
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Victorino Freire
José Cândido
Sizéfredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Dinarte Mariz
João Cícero
Pessoa de Queiroz
José Ermirio
Aimon de Melo
Leandro Maciel
Josephat Marinho
Eurico Rezende
Raul Oluberu
Mario Martins
Milton Campos
Benedito Valadarez
Corvalho Pinto
Lino de Mattos
Flinto Müller
Beteira Neto
Ney Braga
Alvaro Carão
Antônio Carlos
Atilio Fontana
Daniel Aringer
Mami de Sá

O SR. PRESIDENTE

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Ofício nº 37/CF-Sa do Senador Argemiro de Figueiredo, Presidente da Comissão de Finanças, comunicando haver aquele órgão criado, com base e nos termos do disposto no art. 42 do Regimento Interno, uma Subcomissão presidida pelo Senador José Ermirio e constituída pelos Senadores Arthur Virgílio Paulo Ferraz, Mami de Sá e João Cícero, com a finalidade de estudar o problema do café solável, em nosso País, inclusive a concordata da Dominium S. A.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa requerimento de criação de Comissão Especial, de autoria do Senador Senador Lino de Mattos, que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

E lido o seguinte.

Reque nº 696, de 1 3

Sr. Presidente:

Atendendo à necessidade que tem o Congresso Nacional de dispor de um documento que habilite a dar inteligência exata e segura às matérias sob sua apreciação que apresentem implicações financeiras;

Atendendo a que eminentes constitucionalistas brasileiros ao comentar o art. 60, inciso I, da atual Constituição, costumam estabelecer os limites que devem existir entre matéria financeira e direito financeiro (CFR Ponco de Miranda — "Comentários à Constituição de 1961", Tomo III — pag. 161);

Atendendo a que inúmeras proposições submetidas ao exame das duas Casas do Congresso têm recebido tratamento desigual no tocante a espécie;

Atendendo a que várias proposições foram inquiridas de inconstitucional, no Congresso, alegando de contrariedade aquele dispositivo da Carta Magna quando, consoante pareceres de ilustre jurista, versavam apenas assuntos de direito financeiro;

Requeremos, na forma do art. 212, IV, 2-3 do Regimento Interno, combinado com o art. 29 — o, do Regimento Comum, a constituição de uma Comissão Mista de 5 Senadores e 5 Deputados para, no prazo de 30

dias, dar parecer sobre as implicações do art. 60, inciso I da Constituição em vigor, no âmbito das matérias sob apreciação no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 6 de junho de 1968
Senador Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa requerimento de transcrição dos discursos nos Anais do Senado, que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 697, de 1968

Solicita transcrição nos Anais do Senado do discurso pronunciado na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, de saudação ao General Syzemo Sarmiento, pelo Deputado Victorino Jomes

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma regimental, seja transcrito nos Anais do Senado, o discurso pronunciado na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, de saudação ao General Syzemo Sarmiento, pelo Deputado Victorino Jomes, no dia 3 de junho corrente.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

A Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O requerimento vai à Comissão de Constituição e Justiça, para incluído, nos termos do Regimento, na Ordem do Dia da sessão seguinte.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência encaminha o projeto de incluir na Ordem do Dia de hoje o Parecer nº 451, de 1968, da Comissão de Finanças, de acordo com o Requerimento nº 678, do Senador Mario Martins, aprovado na sessão de ontem, por não ter sido possível, até o momento, coligir a legislação citada sobre o assunto.

Será a matéria incluída na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Presentes 54 Srs. Senadores. Passa-se à Ordem do Dia.

Item 1:

Discussão em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29-68 (nº 263-C-56 na Casa de origem), que homologa emissões de papel-moeda realizadas no mês de dezembro de 1965, tendo: Pareceres, sob ns. 468 e 469, de 1968, das Comissões de Economia, favorável e de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-
clarar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam
queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O projeto vai à Comissão de Re-
lação.

É o seguinte o projeto apro-
vado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 10, DE 1968

QUE O C-63, na Casa de origem

Homologa emissões de papel-moeda
realizadas no mês de dezembro de
1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica homologada, na
forma da lei, as emissões de pa-
pel-moeda realizadas em dezembro de
1965, pelo Poder Executivo, no valor
de NCRs 100.000.000 (cento e ses-
senta e seis milhões de cruzeiros
novos).

Este Decreto Legislativo entra em
vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições
em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 2:

Discussão, em turno único, do
Requerimento nº 663, de 1968, do
Senador Senador Vasconcelos Tôr-
res, solicitando ao Poder Exe-
cutivo — através dos Ministérios
do Planejamento e da Fazenda,
informações sobre lançamento de
títulos do Tesouro Nacional nos
mercados financeiros dos Estados
Unidos e da Europa.

Em discussão o requerimento. (Pau-
sa)

Nenhum Sr. Senador desejando
usar a palavra, declaro encerrada a
discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o
requerimento, queiram permanecer
sentados. (Pausa)

Está aprovado.

É o seguinte o requerimento
apreendido:

REQUERIMENTO

Nº 503, DE 1968

Solicita informações ao Poder Exe-
cutivo, através dos Ministérios do
Planejamento e da Fazenda, sobre
lançamento de títulos do Tesouro
Nacional nos mercados financeiros
dos Estados Unidos e da Europa.

Sr. Presidente:

Na forma da precificação regimen-
tal vigente, requeiro informe o Poder
Executivo, através dos Ministérios do
Planejamento e da Fazenda, o se-
guinte:

1º Se foram feitas negociações pa-
ra o lançamento de títulos do Tesou-
ro Nacional nos mercados finan-
ceiros dos Estados Unidos e da Europa;

2º Em caso positivo, quem repre-
sentou o Brasil nessas negociações e
quais os outros representantes
que responderão pelos títulos na
América do Norte e Europa;

3º Considerando afirmativo o que-
sito primeiro, qual o montante, em
cruzeiros novos, que será emitido,
inicialmente, bem como o prazo para
resgate e juros que incidirão sobre os
títulos.

Sala das Sessões em 23 de maio de
1968. — Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 3:

“Discussão, em primeiro turno,
do Projeto de Lei do Senado nú-
mero 21, de 1967, de autoria do
Sr. Senador Arthur Virgílio que
revoga o Decreto-lei nº 127, de 2
de fevereiro de 1967, tendo: Pa-
receres sob ns. 158, 159 e 160, de
1968, das Comissões de Consti-
tuição e Justiça: 1º pronuncia-
mento: pela constitucionalidade.
2º pronunciamiento: pela consti-
tucionalidade do substitutivo da
Comissão de Legislação Social. —
de Legislação Social: favorável

nos termos do substitutivo que
oferece.

O Projeto foi retirado da Ordem
do Dia, na sessão de 15 de março, em
virtude da aprovação de requerimen-
to de autoria do nobre Senador Eu-
rício Rezende, solicitando a audiên-
cia do Ministério dos Transportes,
diligência cumprida, através do Aviso
nº 403-GM-68, comunicado o Minis-
tro que vem sendo estudada naquele
Ministério a modificação do incen-
tivado Decreto-lei, a fim de ser sub-
metida à consideração do Poder Le-
gislativo.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a pa-
lavra o nobre Senador Aloysio de
Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Não foi revisado pelo orador) — Sr.
Presidente, não parece a V. Exa. que
o projeto deve voltar à Comissão de
Legislação Social para apreciar a in-
formação prestada pelo Ministério dos
Transportes, porque a informação po-
de modificar ou não o pronunciamen-
to anterior da Comissão de Legisla-
ção Social? Não é para ir à Comis-
são de Constituição e Justiça, porque o
pronunciamento desta não importa em
informação do Ministério dos Trans-
portes.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Embora não
haja sido requerido pelo eminente
Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO
— Fiz, apenas, uma consulta.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Mesa en-
viará a matéria à Comissão de Le-
gislação Social.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 4:

Discussão, em primeiro turno, do
Projeto de Lei do Senado nº 48,
de 1967, de autoria do Senador
Paulo Saraceni, que torna obriga-
tória a manutenção, pelas Uni-
versidades e estabelecimentos iso-
lados oficiais dos cursos de exten-
são previstos no art. 69 da Lei
de Diretrizes e Bases da Educa-
ção Nacional, tendo Pareceres, sob
nºs. 135, 136 e 137, de 1968, das
Comissões: de Constituição e Jus-
tiça, pela constitucionalidade, com
emenda que oferece de nº 1-CCJ;
— de Educação e Cultura favorá-
vel; — de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto e a emen-
da. (Pausa)

Como nenhum dos Srs. Senadores
deseja discuti-lo, declaro encerrada a
discussão.

Em votação o projeto, sem prejui-
zo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam,
queiram conservar-se sentados. (Pau-
sa)

Foi aprovado.

É o seguinte o projeto apro-
vado.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 1967

Torna obrigatória a manutenção pelas
Universidades e estabelecimentos
isolados oficiais, dos cursos de ex-
tensão previsto no art. 69 da Lei
de Diretrizes e Bases da Educação
Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 69 da Lei nº 4.024,
de 20 de dezembro de 1961, é acrescido
dos seguintes parágrafos:

§ 1º As Universidades oficiais
manterão obrigatoriamente cursos de

extensão, destinados a elevar os pa-
râmetros técnicos dos profissionais de
nível médio, abrangendo de preferên-
cia os setores de engenharia, medi-
cina e formação de professores.

§ 2º Nas cidades onde não haja
Universidade oficial, essa obrigatori-
dade é extensiva aos estabelecimentos
isolados oficiais de ensino superior
compreendidos nos setores a que se
refere o § 1º.

§ 3º Será inteiramente gratuito o
ensino ministrado nos cursos de ex-
tensão, que se destinam preferente-
mente ao trabalhador comum.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em votação
a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam,
queiram conservar-se como se encon-
tram. (Pausa)

Foi aprovada.

A matéria vai à Comissão de Re-
lação, para redigir o texto no seu
segundo turno regimental.

É a seguinte a emenda apro-
vada:

EMENDA Nº 1 — C.C.J.

Redija-se assim o § 3º:

— O ensino ministrado nos cursos
de extensão será gratuito para quan-
tos provarem falta ou insuficiência
de recursos.

Sala das Comissões, em 17 de agos-
to de 1967. — Antônio Carlos, Presi-
dente em exercício — Aloysio de Car-
valho, Relator. — Wilson Gonçalves
— Antônio Balbino — Carlos Linden-
berg — Meneses Pimentel — Josaphat
Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 5:

Discussão, em primeiro turno
(com apreciação preliminar da
constitucionalidade, de acordo
com o art. 265 do Regimento In-
terno) do Projeto de Lei do Se-
nado nº 11, de 1968, de autoria
do Sr. Senador Vasconcelos Tôr-
res, que estende os benefícios
previstos no art. 116 da Lei nú-
mero 1.711-52, e art. 10 da Lei
nº 4.345-64 ao pessoal que espe-
cifica tendo: Parecer, sob nº 463,
de 1968, da Comissão de Consti-
tuição e Justiça, pela inconstitu-
cionalidade.

Em discussão o projeto, quanto à
constitucionalidade.

(Pausa.)

Como nenhum dos Srs. Senadores
deseja discuti-lo, declaro encerrada a
discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam,
queiram conservar-se sentados.

(Pausa.)

Foi rejeitado.

O projeto vai ao arquivo.

É o seguinte o projeto rejei-
tado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 1968

Estende os benefícios previstos na
art. 116 da Lei nº 1.711-52 e artigo
10 da Lei nº 4.345-64 ao pessoal que
especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Todo o tempo de serviço
público federal prestado à conta de
dotações orçamentárias globais, re-
cursos próprios de obras ou serviço, ou
de convênios, pelos funcionários am-
parados pelas Leis ns. 3.483, de 8 de
dezembro de 1958, 3.967, de 5 de ju-
nho de 1961, e 4.069, de 11 de junho
de 1962, desde a data da admissão,
será computado para efeito de con-
cessão da licença especial de que
trata o art. 116 da Lei nº 1.711, de
28 de outubro de 1952, e da gratifica-

do quinquenal de que trata o artigo 40 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Parágrafo único. O tempo de serviço de que trata este artigo será apurado à vista das folhas de frequência, registro de ponto ou folhas de pagamentos.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia. Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch.

(Pausa.)

S. Ex.^a desistiu da palavra.

Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Torres.

(Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

(Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Mário Martins.

(Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Lino de Matos.

(Pausa.)

S. Ex.^a desiste da palavra.

Tem a palavra o Sr. Senador Alvaro Catão.

(Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador José Ermírio.

(Pausa.)

Não está presente.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a sessão, convocando-os para outra extraordinária, às 18 horas e 30 minutos com

ORDEM DO DIA

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem nº 174, 68 (nº 259-68, na origem), de 8 de maio de 1968, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Embaixador João Augusto de Araújo Castro para exercer a função de Chefe da Missão do Brasil junto às Nações Unidas, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961.

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO

DIPLOMATICA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem nº 201-68 (nº 322-68 na origem) de 28 de maio de 1968, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Embaixador Antônio Mendes Vianna para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República da Indonésia.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 50 minutos)

ATA DA 107ª SESSÃO, EM 6 DE JUNHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura (Entrada: 11h15)

PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO

As 18 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
José Guimard
Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Pedro Carneiro
Lobão da Silveira
Achilles Cruz
Sebastião Archer
Victorino Freire
José Cândido
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Luiz de Barros
Dinarte Mariz
Manoel Villaga
Pereira Diniz
Argemiro de Figueiredo
João Cleofas
Pessoa de Queiroz
José Ermírio
Arnold de Melo
Leandro Maciel
Dylton Costa
José Leite
Aloysio de Carvalho
Eduardo Catalão
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Mário Martins
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Milton Campos
Benedicto Valladares
Carvalho Pinto
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Moura Andrade
Péricles Pedro
Armando Storni
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Filinto Müller
Bezerra Neto
Ney Braga
Milton Menezes
Alvaro Catão
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger
Mem de Sá (59)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 59 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

PARECER

Parecer nº 405, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 52, de 1968, que dispõe sobre a aplicação da Lei nº 1.050, de 3 de janeiro de 1950.

Relator: Senador Aurélio Vianna.

O projeto, de autoria do Ilustre Senador Vasconcelos Torres, garante, aos servidores a que se refere a Lei nº 1.050, de 1950, "todos os direitos e vantagens, como se em atividade

estivessem, acompanhando toda a evolução de suas carreiras na atividade", e, ainda, a contagem, para todos os efeitos, do período de inatividade e de licença de 24 meses que anteceder à aposentadoria.

A Lei nº 1.050, de 1950, manda reajustar os vencimentos da atividade da respectiva categoria, padrão ou posto, os proventos da inatividade dos servidores civis e militares, atingidos de moléstia grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e os dos inativos em consequência de acidentes ocorridos no exercício de suas atribuições ou de doença, adquirida no desempenho da profissão.

O autor do projeto, justificando-o, diz que o mesmo visa, tão-somente, a sanar dúvidas na aplicação da Lei nº 1.050, de 1950, garantindo ao inativo, por ela contemplado, tudo o que percebe o ativo da mesma categoria, aduzindo, ainda, que a medida não acarretará aumento da despesa pública.

A proposição, nos termos em que está redigida, não sanaria imediatamente aquelas dúvidas a que o seu autor alude, mas criaria, em favor dos inativos que menciona, outras vantagens não asseguradas pela legislação estatutária, nem pela Lei nº 1.050, de 1950.

Assim, a contagem, para todos os efeitos, do tempo referido no projeto, criaria, desde logo, uma situação de direito concreto em relação a gratificações, promoções e indenizações pecuniárias, não consideradas, à vista dos impedimentos legais, relativos à espécie, vigentes à época das referidas inatividades. Como jamais seria contra direitos novos que se atribuissem aos inativos, de pronto seria favorável ao Projeto não fosse o visível aumento da despesa pública, que viola o disposto no art. 60, item II, da Constituição, criando, ainda, um estado de conflito com o artigo 101, § 3º, dessa mesma Carta que veda a percepção, na inatividade de proventos superiores à remuneração da atividade.

Em face do exposto, somos levados a considerar o projeto injurídico e inconstitucional.

Sala das Comissões, em 5 de junho de 1968. — Milton Campos, Presidente. — Aurélio Vianna, Relator. — Antônio Carlos. — Wilson Gonçalves. — Alvaro Maia. — Bezerra Neto. — Edmundo Levi. — Aloysio de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Telex do Sr. Ministro dos Transportes, solicitando prorrogação do prazo para resposta aos seguintes Requerimentos:

De autoria do Senador Vasconcelos Torres:

Ns. 353-68 — 371-68 — 374-68 — 376-68 — 385-68.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo para resposta dos referidos Requerimentos. (Pausa.)

Como não houve, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Lino de Mattos:

Nº 120-68 — enviada pelo Ministério da Agricultura (Aviso nº 212-AP-Br, de 5.6.68);

Nº 395-68, enviada pelo Ministério do Interior (Aviso nº BSB-214-68, de 6.6.68);

De autoria do Senador Raul Giuberti:

Nº 272-68, enviada pelo Ministério da Agricultura (Aviso nº 213-AP-Br, de 5.6.68);

Nº 272-68, enviada pelo Ministério da Agricultura (Aviso nº 214-AP-Br, de 5.6.68);

Nº 573-68, enviada pelo Ministério da Agricultura (Aviso nº 215-AP-Br, de 5.6.68);

De autoria do Senador Vasconcelos Torres:

Nº 339-68, enviada pelo Ministério do Trabalho (Aviso nº 377, de 5 de junho de 1968);

Nº 352-68, enviada pelo Ministério dos Transportes (Aviso nº 660-GM, de 5.6.68);

Nº 354-68, enviada pelo Ministério dos Transportes (Aviso nº 661-GM, de 5.6.68);

Nº 355-68, enviada pelo Ministério dos Transportes (Aviso nº 662-GM, de 5.6.68);

Nº 357-68, enviada pelo Ministério da Agricultura (Aviso nº 216-AP-Br, de 5.6.68).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Ofício do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, comunicando que o Requerimento número 284-68, de autoria do Senador Raul Giuberti, foi encaminhado ao Ministério da Indústria e Comércio, por se tratar de assunto afeto àquela pasta. (Aviso nº 261, de 51 de maio de 1968).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos. (Pausa.) Passa-se à

ORDEM DO DIA

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DE MISSÃO

DIPLOMATICA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem número 174-68 (nº 259-68, na origem), de 8 de maio de 1968, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Embaixador João Augusto de Araújo Castro para exercer a função de Chefe da Missão do Brasil junto às Nações Unidas, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961.

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DE MISSÃO

DIPLOMATICA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem número 201-68 (nº 322-68 na origem) de 28 de maio de 1968, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Embaixador Antônio Mendes Vianna para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República da Indonésia.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Da Ordem do Dia constam matérias que devem ser apreciadas em sessão secreta.

Solicito aos Senhores Funcionários que tomem as providências adequadas nesse sentido.

(A sessão torna-se secreta às 18 horas e 40 minutos. Reabre às 18 horas e 45 minutos.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A sessão volta a ser pública.

Esgotada a pauta da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos.

Se nenhum dos Senhores Senadores quiser fazer uso da palavra, vou encerrar a sessão, designando, antes, para a próxima sessão, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 1967

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 477, de 1968, do Projeto de Lei do Senado nº 71, de 1967, que declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

2

PARÊCER Nº 451, DE 1968, DA COMISSÃO DE FINANÇAS

Discussão, em turno único, do Parecer nº 451, de 1968, da Comissão de Finanças sobre o Aviso nº BSB-219 e 1967, de 5 de setembro de 1967, do Ministério do Interior, encaminhando a cópia do Balanço Geral da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, referente ao exercício de 1966, e do Balancete Analítico do movimento financeiro e execução orçamentária do primeiro semestre do ano de 1967 também da citada autarquia (Parecer pelo Arquivamento).

3

REQUERIMENTO Nº 696-68

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 696-68, de autoria do Senador Lino de Matos, solicitando a constituição de uma Comissão Mista de 5 Senadores e 5 Deputados para, no prazo de 30 dias, dar parecer sobre as implicações do art. 69, inciso I da Constituição em vigor, no âmbito das matérias sob apreciação do Congresso Nacional. (Incluído em Ordem do Dia dependendo de parecer da Comissão de Constituição e Justiça).

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 4 DE JUNHO DE 1968

As 15 horas do dia 4 de junho de 1968, na Sala das Comissões sob a presidência do Sr. Senador Atílio Fontana, presentes os Srs. Senadores Domicio Gondim, Teotônio Vilela e Leandro Maciel, reúne-se a Comissão de Indústria e Comércio. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Cleofas e Nogueira da Gama.

É aprovada, depois de lida, a ata da reunião anterior.

O Sr. Senador Teotônio Vilela devolve o Projeto de Lei do Senado nº 61-67 — declara integrantes do monopólio da União a pesca, a lavoura e a industrialização dos xistos oleígenos, cuja vista lhe tinha sido concedida.

Com a palavra, o Sr. Senador Domicio Gondim lê o seu parecer ao Projeto acima citado, concluindo pela sua rejeição. Submetido à discussão

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, DE 1968, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT DO ART. 76, SUPRIME OS SEUS §§ 1º, 2º E 3º, O ART. 77 E OS SEUS §§ 1º, 2º E 3º E DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 1º DO ART. 79 E AO ART. 81 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Dias 7, 10 e 11 de junho — Apresentação de subemendas, ou emendas substitutivas, perante a Comissão.

Dia 18 de junho — Apresentação do parecer pela Comissão.

Dia 19 de junho — Publicação do parecer e.

Dia 26 de junho — Primeira discussão do Projeto.

CALENDÁRIO DOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

1

PROJETO DE LEI Nº 76, DE 1968 (C.N.), QUE "PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO-LEI Nº 332, DE 12 DE OUTUBRO DE 1967."

(Comissão Mista: Presidente — Senador Argemiro de Figueiredo — Relator — Senador Achyres Cruz).

Lei 11-6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:30 horas.

Prazo — Início: 9.3.68; e, término: 18.6.68.

2

PROJETO DE LEI Nº 13, DE 1968 (C.N.), QUE "DECLARA PRESERVIDAS AS CONTAS QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Comissão Mista: Presidente: Deputado Lauro Leitão. Relator: Deputado Francisco Amaral.

Dia 11-6 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 19-6 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 20-6 — Publicação do parecer;

Dia 25-6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:00 horas.

Prazo — Início: 29-5-68; e Término: 7-8-68.

Está encerrada a sessão.

Levantase a sessão às 18 horas e 50 minutos.

e votação, é o parecer aprovado, vencido o Sr. Senador Teotônio Vilela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 1968

Aos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dez horas e trinta minutos, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Mello Braga, Vice-Presidente no exercício da Presidência; presentes os Srs. Senadores Josaphat Marinho, Domicio Gondim, Argemiro de Figueiredo, José Leite e Atílio Fontana, reúne-se a Comissão de Legislação Social.

Deixam de comparecer por motivo justificado os Srs. Senadores Peirão Portela, Júlio Leite e Arthur Virgílio.

Ao constar a existência de número regimental, o Sr. Presidente abre os trabalhos e o Secretário lê a Ata da reunião anterior, que é aprovada sem discussão.

Ao Projeto de Lei da Câmara número 52, de 1968, que "dispõe sobre a profissão de leiloeiro público", o Sr. Senador Josaphat Marinho oferece parecer favorável ao Projeto, concluindo pela apresentação de duas emendas. O parecer do Sr. Relator é submetido à discussão, pôsto em votação e aprovado.

O Sr. Senador Atílio Fontana emite parecer contrário à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 291, de 1966, que "dispõe sobre a assistência à família e dá outras providências".

O parecer ao Projeto acima, após ser submetido à discussão e pôsto em votação, é rejeitado. Para relatar o vencido, é designado o Sr. Senador Josaphat Marinho.

Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1968, que "ratifica o texto da Convenção nº 118 sobre igualdade

de tratamento dos nacionais e não-nacionais em matéria de previdência social, adotada em Genebra, a 30 de julho de 1962, pela Conferência Internacional do Trabalho, o Sr. Senador Atílio Fontana apresenta parecer pela sua aprovação. O parecer em referência, pôsto em votação, é aprovado sem discussão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Marcus Vinícius Goulart Gongaza, Secretário, lavrei a presente ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 5 DE JUNHO DE 1968

As 10 horas do dia 5 de junho de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Milton Campos, presentes os Srs. Senadores Antônio Carlos, Wilson Gonçalves, Alvaro Maia, Bezerra Neto, Josaphat Marinho, Edmundo Levi, Aurélio Vianna e Aloysio de Carvalho, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixa de comparecer o Sr. Senador Eurico Rezende.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Abertos os trabalhos da reunião, o Sr. Presidente passa a palavra ao Sr. Senador Wilson Gonçalves que relata os seguintes projetos: Pela constitucionalidade e juridicidade dos Projetos de Lei da Câmara nº 44-67 — Dispõe sobre a concessão de empréstimo e financiamento pelo Banco do Brasil; nº 8-68 — Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Norte Mineira, terreno situado na gleba do Colégio Agrícola "Antônio Versiano Athayde", no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais e nº 132-59: Acrescenta alínea à letra b) do art. 102, do Decreto-lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946. Os pareceres são aprovados sem restrições.

A seguir, o Sr. Senador Aloysio de Carvalho lê seu parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 59-68 — Dispõe sobre a contribuição dos advogados, como trabalhadores autônomos, segurados obrigatórios do Instituto Nacional de Previdência Social, concluindo por solicitar a audiência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados. Por unanimidade é o parecer aprovado.

Por solicitação do Sr. Senador Aurélio Vianna, para um melhor estudo do parecer, é retirado da pauta o Projeto de Lei do Senado nº 24-67.

O Sr. Senador Bezerra Neto, com a palavra, passa a relatar os seguintes projetos: pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 58-68

— Estabelece prazo para o fornecimento dos documentos a que se refere o art. 141, item I, da Lei número 3.867, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social); pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 38-60 — Regula a fiscalização nas indústrias de Produtos Animais e Derivados; pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 36-68 — Da, para os fins que menciona, aos títulos negociáveis, nas Bolsas de Valores, a mesma validade dos títulos da Dívida Pública; pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 42-68. Regula o processo de carga e descarga do café, mediante convênio; pela constitucionalidade, com uma emenda, do Projeto de Lei do Senado nº 45-68 — Regula o provimento de cargos vagos em virtude de aposentadoria.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, são aprovados os Projetos de Lei do Senado ns. 58-68, 38-60 e 36-68, votando, este último, pela inconveniência o Sr. Senador Josaphat Marinho.

Por proposta do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, aprovada unanimemente, é pedida a audiência do Instituto Brasileiro do Café sobre o Projeto de Lei do Senado nº 42-68, antes da votação do parecer apresentado.

É concedida vista ao Sr. Senador Aloysio de Carvalho ao Projeto de Lei do Senado nº 45-48.

Por solicitação do Sr. Relator, Senador Bezerra Neto, é adiada a votação do Projeto de Lei do Senado número 23-68.

O Sr. Senador Aurélio Vianna relata os projetos: pela constitucionalidade, com uma emenda, do Projeto de Lei do Senado nº 54-58 — Renova o prazo de validade de concursos, fixado pela Lei nº 4.929, de 13 de fevereiro de 1966; pela inconstitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 52-68 — Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 1.050, de 3 de janeiro de 1950 e pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 55-68 — Mandar emitir selos comemorativos do terceiro centenário da Cidade de Manaus. Os pareceres são aprovados por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 6 DE JUNHO DE 1968

Aos seis dias do mês de junho de 1968, sob a Presidência do Sr. Senador Benedito Valladares, presentes os Srs. Senadores Oscar Passos, Aloysio de Carvalho Filho, Milton Campos, Fernando Corrêa da Costa, Pessoa de Queiroz, Aurélio Viana, José Guimard e Mário Martins, ausentes com causa justificada os Srs. Senadores Mem de Sá, Antônio Carlos, Flinto Müller, José Cândido, Ney Braga e Arnon de Mello, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Fernando Corrêa da Costa que apresenta parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1968, que aprova a Convenção nº 120 sobre higiene no comércio e nos escritórios adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em sua 43ª Reunião em 1964.

A Comissão adota o parecer do relato.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu J. B. Castejon Branco, Secretário, a presente ata que uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente. — Benedito Valladares.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

BALANÇO ENCERRADO EM 29 DE MARÇO DE 1968 — Ex. 1967/1968

7.000 — ATIVO

	NCr\$	NCr\$
7.100 — Disponível		
7.110 — Caixa		7.464,86
7.120 — Dep. Bancários C/Movimento	45.818,25	
7.121 — Banco do Brasil — Dep. Autarquias S/Aviso	645.627,33	691.445,63
7.130 — Dep. Bancários C/Praz. Fixo	1.496.057,69	
7.131 — Caixa Econ. Federal C/Correção Monet.	3.658,44	1.499.715,13
		<u>2.198.625,62</u>
7.200 — Realizável		
7.211 — Obrig. Reaj. Tesouro Nacional		168.500,00
7.213 — Letras do Tesouro de Minas Gerais	2.788.500,00	
7.221 — Empréstimo Simples	3.115,24	
7.222 — Fundo Assistencial		500.000,00
7.223 — Seguro Coletivo de Carência		
01 — Obrigatório	3.069,00	
02 — Facultativos	16.601,35	19.659,35
7.251 — Contrib. Exerc. Anterior a Receber		
01 — Câmara		
02 — Senado	54.419,13	54.419,13
7.252 — Contrib. Exerc. Atual a Receber		
01 — Câmara	81.911,13	
02 — Senado	24.234,12	
03 — Facultativo — Câmara	30.311,13	136.556,33
		<u>3.820.311,16</u>
7.300 — Ativo Permanente		
7.310 — Equipamentos e Instalações		2.724,00
7.311 — Móveis e Aparelhos de Escritório		31.677,83
7.316 — Aparelhos de Copa e Cozinha		170,00
		<u>34.571,83</u>
Soma do Ativo		<u>6.113.539,66</u>
7.900 — Ativo de Compensação		
7.920 — Devedores por valores em Cobrança		
01 — Banco Créd. Real de Minas Gerais	2.620.000,00	
7.930 — Devedores por valores em Custódia		
01 — Banco Créd. Real de Minas Gerais	168.500,00	
		<u>2.788.500,00</u>
Total Geral		<u>8.902.039,66</u>

8.000 — PASSIVO

	NCr\$	NCr\$
8.200 — Fundo de Garantia		
8.210 — Fundo de Reserva Técnica	2.788.500,00	
8.220 — Resultado Operacional		
Exercício 1965/1967	1.677.246,17	
Exercício 1967/1968	760.848,81	5.226.594,98
Superavit Técnico		<u>835.944,63</u>
Soma do Passivo		<u>6.113.539,66</u>
8.900 — Passivo de Compensação		
8.920 — Valores em Cobrança	2.620.000,00	
8.930 — Valores em Custódia	168.500,00	2.788.500,00
Total Geral		<u>8.902.039,66</u>

Brasília, D.F., 29 de março de 1968. — José Sílvia de Souza Groll, Contador — CRC — 33.027-SP — A. Fontana, Tesoureiro.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA «RECEITA E DESPESA» — EXERCÍCIO 1967/1968

RECEITA			DESPESA		
	NCr\$	NCr\$		NCr\$	NCr\$
1000 — <i>Receitas Correntes</i>			3000 — <i>Despesas Correntes</i>		
1100 — <i>Receita Tributária</i>			3100 — <i>Despesas de Custeio</i>		
1111 — Contribuições de Segurados Obrigatórios			3113 — Gratificações a Servidores (Resolução Cons. 10-68)	6.200,00	
01 — Câmara	681.906,60		3120 — Material de Consumo	3.733,74	
02 — Senado	82.362,00		3130 — Serviços de Terceiros	10.600,00	
1112 — Contribuições de Segurados Facultativos			3140 — Encargos Diversos	500,76	
01 — Câmara	316.150,31		3160 — Conservação de Máquinas	51,00	21.085,50
02 — Senado	250.497,78				
1113 — Contribuições de Pensionistas	184.126,91				
1114 — Contribuições para Cobertura de Carência					
01 — Segurados Obrigatórios	3.876,90				
02 — Segurados Facultativos	403.353,29				
1115 — Contribuições de Mandato Estadual					
01 — Segurados Obrigatórios	18.540,00				
02 — Segurados Facultativos	8.443,10	1.949.256,89			
1200 — <i>Receita Patrimonial</i>			3200 — <i>Despesas de Transferências Correntes</i>		
1221 — Obrig. Reaj. do Tesouro Nacional			3281 — Pensões a Contribuintes	2.626.950,33	
01 — Juros	33.296,08		3282 — Pensões a Beneficiários	172.218,45	
02 — Agio em Operações de Venda ou Resgate	222.978,28		3283 — Pensões a Beneficiários Especiais	5.999,63	
1223 — Letras do Tesouro de Minas Gerais			3284 — Auxílios Pecuniários p/Funeral	1.120,00	
01 — Juros	168.853,00		3285 — Auxílios Pecuniários Seg. de Vida	12.180,00	
02 — Agio em Operações de Venda ou Resgate	473.600,00		3286 — Dev. de juros p/Pagamento Antecipado	17.823,53	
1231 — Juros sobre Depósitos Bancários	152.724,15		3289 — Div. Despesas de Previd. Social		
1240 — Receitas de Empréstimos Concedidos			01 — Restituições de Contribuições	42.635,28	
01 — Juros do Fundo Assistencial	128.220,00		02 — Restituições de Empréstimos	296,80	
1241 — Juros Sobre Empréstimos Simples	174.545,32	1.354.216,83	3291 — Contrib. Fundo Assistencial	247.257,56	
1400 — <i>Receitas de Transferências Correntes</i>			3292 — Abono (Art. 3º — Lei 4.937-66)	2.700,00	3.129.181,58
1411 — Contribuições da Câmara	951.721,41		Subtotal		3.150.267,08
1412 — Contribuições do Senado	315.152,03				
1431 — Saldo de Diárias da Dotação da Câmara	60.456,00				
1432 — Saldo de Diárias da Dotação do Senado	35.123,31				
1490 — Contribuições Diversas	553.300,00	1.915.752,75			
1500 — <i>Receitas Diversas</i>			4000 — <i>Despesas de Capital</i>		
1511 — Multas e juros de mora s/Contribuições	2.083,15		4200 — <i>Inversões Financeiras</i>		
1512 — Idem sobre Operações Contratuais	23.605,60		4251 — Concessão de Empréstimos Simples	1.938.667,01	
1520 — Indenizações e Restituições	4.230,40	29.919,15	4261 — Aquis. Obrig. Reaj. Tes. Nacional	502.972,50	
Subtotal		5.249.145,62	4263 — Aquis. Obrig. Gov. Minas Gerais	455.860,00	2.897.499,51
2000 — <i>Receitas de Capital</i>			Disponibilidade		760.848,81
2300 — <i>Amortização de Empréstimos Concedidos</i>			TOTAL DA DESPESA		6.808.615,40
2310 — Amortização de Empréstimos Simples	1.559.469,78				
TOTAL DA RECEITA		6.808.615,40			

Brasília, DF., 29 de março de 1968. — Arruda Câmara, Presidente. — José Sylvio de Souza Grell — CRC — 33.027-SP. — A. Fontana, Te-
sourreiro

MESA

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victório Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondim (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)
 Petrônio Portela (PI)
 Manoel Villaga (RN)
 Antônio Carlos SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)
 Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA**SUPLENTE**

Arnon de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

MDB

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho
 Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio
 Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA**SUPLENTE**

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

MDB

José Ermirio
 Argemiro de Figueiredo
 Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: Terças-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC.

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA**SUPLENTE**

Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins
 Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
 Reuniões: Quinta-feiras, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA**SUPLENTE**

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portela
 Carlos Lindenberg
 Paulo Saracate
 Clodomir Millet

Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 Benedito Valladares
 Arnon de Mello
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
 Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA**SUPLENTE**

José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Villaga
 Wilson Gonçalves

Benedito Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 245.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
 Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA**SUPLENTE**

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermirio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queirós

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA**SUPLENTE**

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedito Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO(11 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia**ARENA****TITULARES**Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres**SUPLENTE**José Guimaraes
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga**MDB**Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João AbrahãoAdalberto Senna
Antônio Balbino
José ErmirioSecretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.**COMISSÃO DE FINANÇAS**

(17 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate**ARENA****TITULARES**Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Argemiro Franco
Siegfredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Guimaraes
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres**MDB**Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José ErmirioOscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da GamaSecretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**(7 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino**ARENA****TITULARES**Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela**SUPLENTE**Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Mello
Leandro Maciel
Mello Braga**MDB**Antônio Balbino
Nogueira da GamaRuy Carneiro
Bezerra NetoReuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Petronio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****TITULARES**Petrônio Portela
Domício Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite**SUPLENTE**Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho**MDB**Arthur Virgílio
Josaphat MarinhoJoão Abrahão
Argemiro de FigueiredoSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim**ARENA****TITULARES**Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg**SUPLENTE**José Feliciano
Mello Braga
José Guomard
Benedicto Valladares
Teotônio Vilela**MDB**Josaphat Marinho
José ErmirioSebastião Archer
Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍCIA DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****TITULARES**Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel**SUPLENTE**Teotônio Vilela
José Leite
Domício Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel**MDB**Rui Carneiro
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna
Adalberto Senna

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg**ARENA****TITULARES**Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto**SUPLENTE**José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger**MDB**José Ermirio
Aurélio Vianna
MarinhoAntônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo Levy

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Junior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel**ARENA****TITULARES**José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira**SUPLENTE**Filinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet**MDB**

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA**TITULARES**

Benedito Valladares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antonio Carlos
Mem de Sa
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Fernando Corrêa
Arnon de Mello
José Cândido

SUPLENTE

Wilson Gonçalves
Jose Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrônio Portela
Jose Leite
Teotônio Villela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz
Mário Martins
Aureli Viana
Oscar Passos

Bezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga
Clodomir Millet

SUPLENTE

Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

MDB

Adalberto Senna
Sebastião Archer

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

Paulo Tórres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domício Gondim
Manoel Villaga
Mello Braga

MDB

Oscar Passos
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Mello

ARENA**TITULARES**

Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Tórres
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petrônio Portela
Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA**TITULARES**

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Domício Gondim
João Cleofas

SUPLENTE

Paulo Tórres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA**TITULARES**

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Mata
Milton Trindade

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaga

MDB

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Senna
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.